

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FÁBIO LUIS DE MORAES GOMES

MANIFESTAÇÕES DE RURALIDADE EM MATINHOS - PR



MATINHOS - PR

2018

FÁBIO LUIS DE MORAES GOMES

MANIFESTAÇÕES DE RURALIDADE EM MATINHOS - PR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

Coorientador: Prof. Dr. Alan Ripoll Alves

MATINHOS - PR

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

G633m Gomes, Fábio Luis de Moraes
 Manifestações de ruralidade em Matinhos – PR / Fábio Luis de Moraes
 Gomes ; orientador Valdir Frigo Denardin ; coorientador Alan Ripoli Alves. – 2018.
 94 p.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
 Matinhos/PR, 2018.

 1. Área rural – Litoral do Paraná. 2. Ruralidade – Litoral do Paraná. 3. Agricultura
 – Litoral do Paraná. 4. Área periurbana (Matinhos / PR). I. Dissertação (Mestrado) –
 Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 304.6091734

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FABIO LUIS DE MORAES GOMES**, intitulada: **MANIFESTAÇÕES DE RURALIDADE EM MATINHOS - PR**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós - Graduação.

Curitiba, 30 de Julho de 2018.



VALDIR FRIGO DENARDIN (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)



MAYRA TAIZA SULZBACH
(Avaliador Ilustre UFPR)



JULIO CARLOS BITTENCOURT VEIGA SILVA
(Membro PR)

“Dedico este trabalho a minha família e a todos aqueles que percebem no outro um pouquinho de si.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por de alguma forma me possibilitar conhecer as incríveis pessoas que fazem parte de meu caminho.

As famílias dos balneários Albatroz e Inajá que cordialmente me receberam em suas propriedades e dedicaram seu tempo para essa pesquisa.

A minha família que mesmo distante fisicamente seguem em meu coração, em especial aos meus pais Sandra Regina de Moraes Gomes e Ocimar Antônio Franco Gomes que com muita dedicação, esforço e carinho foram meus primeiros orientadores e me possibilitaram traçar este caminho.

A minha companheira Karina Fabris que com paciência e carinho esteve ao meu lado neste percurso.

A Irmandade Vento Norte por me apoiarem na decisão de realizar o curso no PPGDTS e por estarem com paciência ao meu lado.

Ao professor e orientador Drº Valdir Frigo Denardin pelo apoio e dedicação ao longo desse período de trabalho.

Ao professor e coorientador Drº Alan Ripoll Alves pela disponibilidade, apoio e dedicação na realização da pesquisa.

A todo o grupo de docentes, discentes e também aos técnicos da Universidade Federal do Paraná setor Litoral que cruzaram meu caminho ao longo de minha jornada acadêmica e pessoal, para vocês meu muito obrigado.

“Só vejo estranhos, meu berço amado,
Tendo a teu lado o que perdi...
Pouco se importam com teu encanto,
Que eu amo tanto, dêz que nasci...”
(Newton de Almeida Mello, 1931)

RESUMO

O presente trabalho visou à identificação das manifestações da ruralidade e dos condicionantes responsáveis por sua ocorrência em propriedades localizadas no espaço periurbano do município de Matinhos, Litoral do Estado do Paraná, bem como levantar algumas construções do meio urbano que se encontravam em estreito diálogo com o ambiente rural. A pesquisa apresentou natureza exploratória e analítico-descritiva com uma abordagem qualitativa, executada através de observação de campo e entrevistas semi-estruturadas, aplicadas em pequenas propriedades situadas nos balneários de Albatroz e Inajá. Verificou-se que as atividades agrícolas promovidas no local integravam um conjunto de práticas que revelavam relações simbólicas, materializações de influências históricas vindas como legado em parte dos agricultores, associadas a comportamentos sociais e culturais que se desenvolviam sob condições particulares no espaço analisado, sendo ainda pouco estudadas do ponto de vista científico. Constatou-se também que algumas das atividades rurais identificadas correspondiam a uma forma de resistência às instabilidades socioeconômicas presentes no município e, ao mesmo tempo, a um modo de consolidação de uma identidade nas famílias situadas nesse espaço, no sentido de lhes proporcionar um maior senso de pertencimento ao local, sem perderem os registros de um passado que lhes foi importante.

Palavras-chave: Agricultura urbana e periurbana. Promotores e inibidores da ruralidade. Traços de ruralidade. Adaptações ao espaço urbano.

ABSTRACT

This work aimed to identify the manifestations of the rurality and the factors responsible for its occurrence in properties located in the periurban areas of the municipality of Matinhos on the coast of Paraná state as well as to analyze some constructions from the considered place that were connected to a rural perspective. The research had an exploratory and analytical-descriptive nature with a qualitative approach, and was executed through field observation and semi-structured interviews applied in small properties located in the districts of Albatroz and Inajá. It was verified that the agricultural activities promoted in the areas were integrated to a set of practices that revealed symbolic relations, materializations of historical influences as farmers' legacy that were associated with social and cultural behaviors developed under particular conditions still not sufficiently studied. It was also found that some of the rural activities identified may be a form of resistance to socioeconomic instabilities existent in the municipality and, at the same time, a way of consolidating an identity in the families located in the considered place in order to give them a larger sense of belonging without losing their link to the past.

Keywords: Urban and periurban agriculture. Rurality promoters and inhibitors. Rurality traces. Adaptations in urban area.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ.....	29
FIGURA 02 – LOCALIDADES BALNEÁRIAS E ANTERIORES AO USO BALNEÁRIO	31
FIGURA 03 – ANIMAIS CRIADOS EXTENSIVAMENTE EM UMA PROPRIEDADE VISITADA.....	61
FIGURA 04 – PARTE DE HORTA EM UMA DAS PROPRIEDADES OBSERVADAS	64

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – OBJETIVOS DA PESQUISA.....	48
QUADRO 02 – MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA	49
QUADRO 03 – MATRIZ ANALÍTICA	52
QUADRO 04 – IDENTIFICAÇÃO DAS CIDADES NATAL DOS MANTENEDORES DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	53
QUADRO 05 – FONTE DE RENDA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	54

LISTA DE SIGLAS

AUP	–	Agricultura Urbana e Periurbana
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PIB	–	Produto Interno Bruto
PNB	–	Produto Nacional Bruto
RMC	–	Região Metropolitana de Curitiba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA.....	7
2	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM PERSPECTIVA	16
2.1	SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO	23
2.2	LITORAL DO PARANÁ: UM BREVE ENQUADRAMENTO TERRITORIAL ..	28
3	O RURAL E O URBANO: CONTEXTUALIZAÇÃO, IMBRICAMENTO E INTER-RELAÇÕES.....	33
3.1	RURAL E URBANO, SEU DESDOBRAMENTO EM RURALIDADE	35
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA...	40
5	METODOLOGIA	45
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
6.1	IMPORTÂNCIA DA RURALIDADE	61
6.2	ELEMENTOS PROMOTORES E INIBIDORES DAS PRÁTICAS DE RURALIDADE	69
6.3	ASSOCIAÇÃO DOS ELEMENTOS DE ANÁLISE	75
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICE - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COMO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	93

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

Já há algum tempo estudos acadêmicos vêm abordando a temática da ruralidade. Tal interesse, por sua vez, tem ocorrido devido às transformações que passou o mundo rural após a modernização do seu sistema produtivo.

Em resposta a essa modernização, o rural brasileiro apresentou um movimento de êxodo onde cerca de metade da população do campo migrou para as cidades em busca de melhores oportunidades. Em 1950, a população brasileira somava aproximadamente 51,94 milhões de habitantes, sendo que 36,2% residiam em áreas urbanas e 63,8%, em áreas rurais. A partir da década de 70, o Brasil se tornou um país com população predominantemente urbana, de um total de 93,14 milhões de habitantes, 55,9% residiam em espaço urbano e 44,1%, no espaço rural. No início do século XXI, a população urbana já alcançava 81,2% do total da população brasileira. Segundo o último Censo Demográfico, apenas 15,6% da população do Brasil reside nas áreas rurais (IBGE, 2010).

De acordo com Oliveira (1990), até as primeiras décadas do século XX, no Brasil, havia economias regionalizadas voltadas ao mercado externo e poucas eram articuladas entre si no âmbito nacional, o que representava um "complexo mundo rural", baseado na agroexportação e na busca por novas formas de produção e de produtos. O Brasil se mostrava desarticulado, constituído por várias economias regionais.

Já nos anos 50 era possível perceber um processo de modernização da agricultura dependente da importação de insumos agrícolas e máquinas importadas. Nesta linha de pensamento, o termo modernização pode ser aplicado para definir um "processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade" (SILVA, 1996, p. 19). Esse processo de modernização apenas se firmou na década de 60, período em que a produção agrícola brasileira se integrou tecnicamente ao setor urbano e industrial, apontando ganhos econômicos em maior quantidade.

Entretanto, o projeto de modernização não ocorreu de forma homogênea no Brasil. Nesse processo houve a concentração dos investimentos nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste. Ademais, a escolha pela estruturação de uma economia urbano-industrial pelo governo brasileiro privilegiou a transferência de recursos do campo para o financiamento do desenvolvimento do projeto nacional (PRIORI *et al.*, 2012).

Dessa forma, desencadeou-se uma modernização desigual e conservadora da agricultura brasileira, colocando em evidência a preferência dos programas do governo aos grandes proprietários de terras, e o direcionamento de uma economia agrícola para a exportação, privilegiando determinadas regiões no país (GONÇALVES NETO, 1997).

Como resultado dessas práticas, segundo Piori *et al.* (2012), aliado ao consumo de produtos industriais pela economia agrícola e até mesmo à formação de um processo de industrialização da agricultura brasileira, impulsionou-se nos anos 70 a formação dos complexos agroindustriais. Diante disso, a agricultura brasileira ficou a reboque da indústria. Consequentemente, a produção agrícola não se firmou como um setor autônomo, passando a depender da integração com a indústria para o seu crescimento.

No Paraná, a modernização da agricultura, promovida pelas inovações tecnológicas implementadas no campo, desencadeia um conjunto de problemas sociais, como o desemprego no campo e a concentração fundiária, acelerando o êxodo dessas regiões (OLIVEIRA, 1990).

Ainda segundo Oliveira (1990), a diversificação das atividades fez com que o rural deixasse de ser observado apenas como um espaço agrícola, e seus habitantes como agricultores. Isto foi fruto da mudança do sistema produtivo que liberou mão-de-obra no campo, acelerando a necessidade de se buscar novas alternativas de renda que pudessem garantir a reprodução socioeconômica de seus habitantes, em uma tentativa de adaptação à nova realidade.

Até meados da década de 70 o café era o principal produto da economia do Paraná. A produção de café no Estado correspondia à metade da produção nacional e à terça parte da produção mundial. Significativa parte dos cafeeiros estava

localizada nas regiões Norte e Noroeste do Paraná, onde o processo de mecanização foi aplicado com maior intensidade (MORO, 2000).

Essa modernização agrícola não ocorreu ao acaso, já que existiam iniciativas de se erradicar e renovar as plantações de café com o fim de racionalizar e tornar sua produção mais eficiente. Além disso, a diversificação de produtos agrícolas estava sendo estimulada, principalmente, com a produção de oleaginosas, bem como a integração desta produção com o setor agroindustrial. Outras mudanças nos processos de transformação técnica para a produção agrícola estavam ocorrendo “através dos seguintes aspectos: eletrificação, mecanização, irrigação e conservação do solo, o uso de fertilizantes e agrotóxicos, além de outros peculiares a certas culturas” (MORO, 2000, p. 30).

Com o aumento do número e da utilização de tratores, além de insumos agrícolas e de outros implementos, eliminaram-se muitos empregos no campo e se intensificou a migração para as cidades. Desse modo, a modernização agrícola no Paraná mudou a estrutura fundiária do estado principalmente em decorrência da concentração de terras, êxodo rural, desemprego no campo com populações migrando para cidades-polo regionais, outros estados e regiões de fronteira, e até mesmo, países vizinhos, como o Paraguai, constituindo os chamados ‘brasiguaios’ (KLAUCK, 2012).

A mudança da população do campo para a cidade não foi um fenômeno provocado apenas pela modernização da agricultura. A troca da produção do café por culturas oleaginosas no Paraná contribuiu significativamente para a diminuição da utilização de mão de obra no campo. O trigo e a soja não são plantações permanentes, são inclusas no sistema de rotação de cultura e contavam com um elevado nível de mecanização, dispensando a utilização da grande quantidade de mão de obra (PRIORI *et al.*, 2012).

O processo de modernização agrícola no Paraná vai além do desemprego no campo, provocou o aumento da população nos bairros e periferias das grandes cidades, ocasionando diversos problemas sociais (PRIORI *et al.*, 2012). As mudanças na base produtiva e técnica da agricultura do estado acompanharam um fenômeno nacional do surgimento das modalidades de trabalhadores informais, como boias-frias, trabalhadores volantes ou temporários e até mesmo, de novas

formas de representações sociais, como no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e de ocupação de terras, como os assentamentos rurais, desencadeando conflitos sociais provenientes da disputa da propriedade da terra.

Em contra partida, as mudanças no campo também tiveram seus desdobramentos repercutidos nas cidades, tornando-as inchadas e favorecendo ocupações desordenadas. Gerou-se, dessa maneira, uma nova configuração dos espaços rural e urbano que transbordava definições reducionistas e dicotômicas, pois agora estes espaços se confundiam, dividindo o mesmo território, reinventando-se em uma nova realidade urbano-rural. Ademais, as concepções tradicionais referidas ao rural como o local de atraso e da rusticidade e ao urbano, como o lugar do progresso e da modernidade, provam ser hoje, além de preconceituosas, completamente inadequadas (CARNEIRO, 1998).

Observa-se a movimentação das famílias que têm ligação com o mundo rural, buscando alternativas de trabalho e melhores condições de vida no processo de urbanização que vive nos últimos anos o município de Matinhos, no Estado do Paraná, onde tal fenômeno ocorre de forma atrelada à manifestação de limitadas práticas rurais, referidas aqui como “traços de ruralidade”, materializadas sob o formato de pequenas hortas ou áreas para a criação de animais para consumo familiar, como também nas expressões sociais e culturais, presentes no cotidiano de algumas famílias espalhadas pelo município.

Para Cloarec e Kalaora (1994), o Litoral não se enquadra nas categorias tradicionais e dicotômicas entre rural e urbano, as definições sobre este assunto mostram-se confusas para uma apresentação desse espaço enquanto território. Segundo os autores, o litoral apresenta uma diversidade e maleabilidade que ultrapassa a análise das categorias campo e cidade. Ainda para esses autores, a pesca no litoral que é praticada por profissionais que habitam o meio urbano que têm no mar os pescados que se movimentam, diferenciando-se do agricultor que tem terra fixa, palpável, visível para ser transformada. Animais e plantas terrestres são visíveis e confinados, peixes são invisíveis e móveis. O maricultor, que corresponde a um grupo relativamente recente, não é nem agricultor nem pescador, muito menos operário; nem urbano nem rural. O urbano costeiro não é “outro” urbano, nem o rural costeiro é um caso particular do “outro” rural (CLOAREC & KALAORA, 1994).

Assim, no sentido de criar novas lógicas, Wanderley (2000, p. 128) coloca que:

A modernização da sociedade nos espaços locais/rurais tem como fundamento a crescente “paridade social”, isto é, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural e a também crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que ainda é definido como o padrão de “conforto urbano”.

Ainda sob esse olhar, Rua (2006) explica que, o rural se distingue cada vez mais do agrícola, como também a cidade do urbano. Essa evolução não significa o fim do rural ou a fusão deste espaço com o urbano, apenas representa a integração inevitável desses espaços no momento atual. Mesmo tendo o espaço rural sido “invadido” pela expansão física de características urbanas como malhas de asfalto, água encanada entre outros, deve-se ponderar ao afirmar que o rural se “urbanizou”, mesmo englobando aspectos do modo de vida ditos urbanos, ele ainda conservou características peculiares dos espaços marcadamente rurais (RUA, 2006).

Com esse cenário de transformação, surgem novas relações entre a cidade e o campo, dando origem a novas práticas rurais dentro dos espaços urbanos, caracterizando práticas adaptadas à atual configuração do território. Estas manifestações de ruralidade podem ser observadas nos arredores dos balneários de Matinhos, indicando também uma aparente representação da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), que, de acordo com Ferreira (2013), é caracterizada por práticas rurais e agrícolas localizadas nos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. Ações como cultivo de hortaliças, frutíferas ou até mesmo criações de animais podem ser encontradas no município de Matinhos e sua incidência pode encontrar força no contexto da AUP.

Em meio a essa conjuntura local, questiona-se como esses traços de ruralidade são desencadeados e quais motivos que levam à sua ocorrência de forma descontínua em determinadas áreas do município de Matinhos?

A ocupação do Litoral do Paraná foi influenciada por processos especulativos imobiliários, sendo que muitas das áreas de ocupação da região ocorreram em locais habitados por populações tradicionais, em cidades que vivenciaram situações de estagnação ou decadência econômica: “Estes espaços pouco povoados, ocupados pelas comunidades tradicionais, iriam se constituir nas

zonas de assédio de ocupação da zona costeira, na segunda metade do século XX.” (BORELLI, 2007, p. 22).

Em Matinhos, a história não foi diferente do que se deu em outras partes do litoral brasileiro, sofrendo também uma forte especulação imobiliária, já que a praia, enquanto espaço de lazer, passou a ser mais valorizada no Brasil a partir do século XX pelas classes dominantes, com base em fatores como a beleza das paisagens, o ambiente favorável a comemorações, o clima e a água, dentre outros (BECKER, 1999).

O município de Matinhos possui uma alta complexidade quanto à implantação da sua malha urbana. Existem várias áreas ocupadas irregularmente ao longo de sua extensão, dividindo espaço com locais onde poderiam ser implantados loteamentos aprovados pelo poder público, bem como áreas que deveriam ser preservadas por conta de sua fragilidade ambiental (PMM, 2006).

A disposição atual do município de Matinhos permite que ocupações irregulares aconteçam, muito embora esses locais sejam formados por famílias que buscam por oportunidades de trabalho no município. Nos balneários onde a pesquisa se desenvolveu, foi possível verificar que havia famílias oriundas de várias partes do Paraná e de outras regiões do Brasil, e que utilizavam seus quintais ou espaços abertos para criação de animais para consumo e cultivo de pequenas hortas, práticas aparentemente ligadas à formação histórica do indivíduo no âmbito da ruralidade.

Muitos dos que migraram para o Litoral apontam possuírem saberes relacionados à ruralidade e os aplicaram nos meios urbanos onde se estabelecem. Em Matinhos, a sua ocorrência, a princípio, estaria ligada a uma perspectiva de segurança alimentar presente nos meios urbanos, não sendo exclusiva dessa região, como aponta Mougeot (2006, p. 04) sobre a prática de se cultivar em espaços urbanos, o que, para ele, “o novo não é que se pratique agricultura urbana, mas a escala em que a mesma está sendo praticada na atualidade”.

A presença de pequenas hortas e criações de animais para o consumo é comum nas periferias de aglomerados urbanos e, por vezes, podem ser estratégias utilizadas pelas famílias para a sua manutenção socioeconômica. Na faixa balneária

de Matinhos, essa situação pode ser encontrada e merece uma melhor observação sobre a importância de tais práticas, que forma se manifesta e os motivos que levam os residentes dos balneários de Matinhos a exercerem essas atividades no seu dia a dia, tendo-se em vista que o entendimento sobre a sua ocorrência ainda é limitada.

As atividades rurais que se apresentam tendem a se entrelaçar às urbanas, onde apontam para uma leitura parcial do processo de urbanização do município de Matinhos. Observa-se uma dinâmica de trabalho que é realizado pelos atores desta região, onde parte da atuação laboral advém dos conhecimentos adquiridos nos espaços rurais, como a criação de pequenos animais, além da organização de pequenas hortas.

A fim de verificar a ocorrência dessas práticas em Matinhos, selecionou-se a área abrangida pelos balneários de Inajá e Albatroz, ambos pertencentes a este município, para serem analisados especificamente sob o olhar dos possíveis traços de ruralidade existentes nos mesmos.

A escolha desses balneários se justifica pelo fato de que parte da população local vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com maior participação do serviço público por meio de programas de assistência, a exemplo do Cesta Vida, de origem municipal, que distribuía todos os meses nessas localidades em torno de 300 cestas básicas, em decorrência de uma possível situação de insegurança alimentar na região (PMM, 2017).

O que se percebe aqui de traços de ruralidade ocorre a princípio sem grande notoriedade e, por vezes, podem passar despercebidos, caso não haja um olhar atento que permita incluir essas práticas como uma possível estratégia na complementação alimentar ou de renda de algumas famílias. Observa-se que há moradores nesses balneários que dependem do trabalho eventual que é exercido durante a temporada de verão ou de serviços que demandam pouco conhecimento técnico, em geral trabalhos braçais – como limpeza de terrenos, casas e apartamentos entre outros, o que leva aqueles que possuem saberes provenientes do mundo rural a produzirem alimentos em seus quintais. No cenário atual, é possível relacionar a atividade de produção de alimentos, nos pequenos espaços urbanos ou em quintais não apenas como estratégia dos menos favorecidos economicamente para o enfrentamento das adversidades socioeconômicas que

vivenciam, mas também como atividades espontâneas que merecem ser entendidas do ponto de vista da gestão pública para lidar com as vulnerabilidades que acometem a Região do Litoral do Paraná (FAO & SESAN, 2007).

A prática agrícola privilegia, segundo Wanderley (2003), a promoção de segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade, a manutenção do tecido social e cultural, bem como a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural e a reprodução social das famílias de agricultores familiares. Somente através de uma conjuntura de políticas urbanas, como as políticas de saúde e as políticas ambientais imbricadas com as práticas da AUP é possível transformar vazios urbanos em espaços de convívio social (WANDERLEY, 2003).

Compreender as manifestações da ruralidade que acontecem nos espaços que ficam entre o urbano e o rural permite propor políticas direcionadas a uma população que se mostra vulnerável, ocupantes de áreas geralmente desprovidas de serviços de assistência básica dentro de um município.

Por fim, um estudo sobre a temática da ruralidade no espaço urbano ou periurbano, conforme se discutirá no decorrer deste trabalho, permitira apontar as interligações entre o urbano e o rural no território pesquisado, bem como permitira apontar a dinâmica dessas manifestações, contribuindo para um arcabouço de estudos sobre o tema, trazendo à luz do conhecimento científico que tais práticas podem ser encontradas nessas localidades.

Sob essa perspectiva, traz-se também o debate sobre o possível mito e generalização de que no campo só se desenvolvem atividades agrícolas e nas cidades, atividades industriais e do setor de serviços.

Com base na contextualização descrita, este trabalho tem como objetivo principal identificar as manifestações da ruralidade e seus condicionantes no espaço periurbano do município de Matinhos, no Litoral do Estado do Paraná, bem com realizar um (i); diagnóstico da ruralidade presente nos balneários Inajá e Albatroz; (ii) avaliar a importância dessas manifestações de ruralidade na composição de renda das famílias que desenvolvem práticas agrícolas nos locais em estudo; e (iii) interpretar os elementos promotores e inibidores das práticas de ruralidade nos locais considerados na pesquisa.

A dissertação está estruturada em sete capítulos. O capítulo dois, que se apresenta a seguir, traz um olhar sobre o desenvolvimento territorial a partir de sua construção histórica. Como subitens, percorre-se sobre o conceito de território e, em seguida, sobre esta perspectiva, tem-se um breve enquadramento territorial do litoral paranaense.

No capítulo 3, traz-se a discussão sobre o rural e o urbano, sua contextualização no momento histórico, seus imbricamentos e relações, bem como o rural e o urbano e seu desdobramento em ruralidade. Já no capítulo 4, dialoga-se sobre a agricultura urbana e periurbana.

No capítulo 5, encontra-se o caminho metodológico percorrido no construir desta pesquisa. Em seguida, no capítulo 6, apresentam-se os resultados do estudo, subdivididos em três partes, a saber: a importância da ruralidade, os elementos promotores e inibidores das práticas de ruralidade, e uma associação dos elementos que compõem a análise dos resultados. O sétimo capítulo, por fim, contém algumas considerações finais, levantando reflexões e possíveis continuidades ao trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM PERSPECTIVA

Este capítulo traz à tona a discussão sobre o tema do desenvolvimento territorial, levantando abordagens que auxiliam a observar o território.

Ao longo do século XX foram desenvolvidas três concepções de desenvolvimento. A primeira trata o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico; para a segunda, um mito criado pela civilização industrial; e a terceira, a negação de uma explicação simplista que busca um “caminho do meio” através da discussão de alternativas e ações voltadas ao desenvolvimento (VEIGA, 2008). O presente trabalho, por sua vez, busca ser delineado sob a terceira concepção.

A primeira definição de desenvolvimento é a mais comum apesar de ser considerada a mais simplista. Fundamenta-se em mais de 200 anos de pesquisas teóricas e empíricas, nas quais até o final dos anos 50 não havia muitos motivos para se pensar em distinguir desenvolvimento de crescimento. Somente a partir da década de 1960 é que surge o debate em torno desses dois conceitos, quando vários países semi-industrializados, incluindo o Brasil, obteve um intenso crescimento econômico, o que não se traduziu em acesso de bens de consumo ou melhoria da qualidade de vida a maior parte da população (VEIGA, 2008).

Como resposta ao debate emergente, a produção científica na área de Economia, que até o final do século XX tratava esses dois conceitos como sinônimos, simplesmente aboliu dos manuais de economia a palavra desenvolvimento, substituindo-a por crescimento. Esta definição de desenvolvimento também facilitou sua medição e comparação entre indicadores, como Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB). O marco político e conceitual que conseguiu expor a diferença entre crescimento e desenvolvimento foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a partir do Relatório de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 1990 (FURTADO, 1983; FURTADO, 2000; VEIGA, 2008).

Segundo Esteva (2000) e Sachs (2000), a visão moderna do desenvolvimento teve como protagonista os Estados Unidos da América (EUA), que assumiu o papel de protagonistas de nação-líder da política de reconstrução do mundo depois da Segunda Guerra Mundial. Com uma política de ajuda externa,

lançada no Governo Truman em 1949, a noção de desenvolvimento passou a ter um sentido transitivo, tornando-se um marco referencial que acordou as relações Norte-Sul por quase todo o resto do século. O discurso que o consolidou não se constitui apenas de uma ideia inviável, mas de um conceito que mobilizou toda a civilização ocidental, o que fez o desenvolvimento passar de um empreendimento socioeconômico para uma “percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões”. O crescimento econômico e o consumo de massa passaram a ser um objetivo perseguido por todos os países do mundo (SACHS, 2000).

Conduzidos pelo princípio de universalização do padrão de consumo, praticado pelos países que lideraram a Revolução Industrial, os planos econômicos do pós-Segunda Guerra visaram principalmente ampliar o acesso de bens de consumo e o padrão de vida da população dos países considerados “países pobres” através da importação de tecnologia, muitas vezes, sem considerar contextos culturais, sociais ou históricos (FURTADO, 1983). Essa interpretação linear de desenvolvimento permeou os séculos XVII e XVIII e implicou no desconhecimento das especificidades dos fenômenos históricos e estruturais dos países subdesenvolvidos (FURTADO, 2000).

Esse modelo de desenvolvimento atrelado à ideia de “progresso” tem se mostrado inviável. Os desdobramentos e as consequências culturais, sociais, espaciais e ambientais têm mostrado que o estilo de vida de países considerados “ricos” não é mais um bom exemplo a ser ampliado aos países considerados em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Desde a década de 1970 se fez clara não só a incapacidade do modelo de livre mercado expresso através da parábola da “mão invisível” de superar as desigualdades e a pobreza, mas também a crise ambiental gerada pela depredação dos elementos naturais e poluição industrial (FURTADO, 1983; ESTEVES, 2000; FOLADORI, 2001; VEIGA, 2008).

O marco teórico que explicitou as fronteiras materiais do crescimento foi o estudo *The Limits to Growth*, elaborado por um grupo interdisciplinar do Massachusetts Institute of Technology (MIT), o chamado “Clube de Roma”. A importância desse estudo reside na mudança de visão, onde a economia admitiu o papel de subsistema do sistema natural e este último, passou a ser considerado, em

escala mundial, um sistema fechado (FURTADO, 1983). Ficou escancarada assim a incompatibilidade da base do processo de reprodução econômica com a dinâmica da biosfera. A contradição do sistema econômico pautado no crescimento material infinito em um mundo de recursos finitos também foi apresentada por Foladori (2001), Muller (2007), Georgescu-Roegen (2012) e Cavalcanti (2012), que, através de abordagens sistêmicas.

Dessa forma, a economia neoclássica procurou alternativas, incorporando os custos da degradação ambiental nos preços. As soluções de incorporar à dimensão ambiental ao mercado por meio de preço/custo implicaram em uma série de dificuldades, apontada por Foladori (2001), como: éticas, teóricas e técnicas, políticas e de fundos capitais, ou seja, para o autor, a imposição de preço à depredação ou à poluição não garantia a sustentabilidade aos elementos naturais pelo fato de que “os ritmos naturais da biosfera não têm nenhuma relação com os ritmos econômicos” (FOLADORI, 2001, p. 145). Observou-se, então, que a única alternativa viável seria frear o consumo de materiais e de energia, o que implicaria na estagnação do crescimento econômico para evitar o colapso ambiental (FOLADORI, 2001; SACHS, 2007).

A inviabilidade do crescimento infinito suscitou a segunda perspectiva de desenvolvimento: a do desenvolvimento como um mito. Essa perspectiva pode ser traduzida na conclusão de que há uma escolha mutuamente excludente entre desenvolvimento, encarado como crescimento, e meio ambiente (SACHS, 2007).

Foi na Conferência de Estocolmo, em 1972, organizada pelas Nações Unidas com o objetivo de conscientizar a sociedade a melhorar a relação com o meio ambiente e assim atender as necessidades da população presente sem comprometer as gerações futuras, que se procurou uma via intermediária, a qual, segundo Sachs (2007), buscou superar as abordagens mais reducionistas entre desenvolvimento e meio ambiente; entre o “ecologismo intransigente” e o “economicismo de visão estreita”, que não ocorrem de forma polarizada, mas em meio a múltiplas escolhas entre “formas sensíveis e insensíveis ao meio ambiente”.

Dentre os fatores do contexto global que levaram à reflexão de uma terceira via de desenvolvimento, Sachs (2007) apontou os avanços conceituais durante a década de 1970 e 1980 (Relatório de Founex em 1972, a Declaração de Estocolmo

em 1972, a Declaração de Cocoyoc de 1974, o Relatório Brundtland em 1987 e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 realizada no Rio de Janeiro também conhecida como ECO-92), em que se estabeleceu o documento conhecido como Agenda 21 que representa um importante passo para a construção de uma sociedade sustentável. Os temas discutidos na Conferência giraram em torno dos problemas ambientais e do desenvolvimento sustentável, a ameaça dos impactos de acidentes nucleares e químicos, o aumento do conhecimento sobre o funcionamento da biosfera, o aquecimento global e os conflitos relacionados à posse e ao acesso de bens naturais. Essas preocupações com o meio ambiente, manifestando-se internacionalmente através de convenções e tratados, e dentro de países ou regiões por intermédio da criação de ministérios e agências de regulação e gestão de meio ambiente. Outro marco a se considerar foi o surgimento da sociedade civil organizada como um terceiro poder. A crescente conscientização do público quanto às questões ambientais permitiu com que as organizações da sociedade civil exercessem pressão sobre o Estado (SACHS, 2007).

Apesar dos avanços no campo acadêmico, onde os estudiosos se põem a debater o desenvolvimento junto ao meio ambiente, o abismo entre “ricos e pobres” durante os anos 1980 só cresceu. Nesse âmbito, Sachs (2007) cita: a dependência entre as frágeis economias dos países do Sul frente aos países do Norte, os serviços da dívida externa que geraram um fluxo de recursos financeiros do Sul para o Norte, e a diferença de rendas *per capita* e do consumo de materiais e energia.

De modo geral, entende-se que o crescimento seja um bem necessário ao desenvolvimento, entretanto, não o mesmo tipo de crescimento experimentado até então, baseado na desigualdade social e em uma economia de mercado desregulado. As abordagens e definições que se contrapõem às visões mais restritas de desenvolvimento entendem que o desenvolvimento deriva de modelos de crescimento que consideram, além de indicadores como o PIB e PNB, outros elementos na análise, como a educação, o capital humano, as desigualdades regionais etc. (SEN, 2000, SACHS, 2007).

Para Furtado (2004), o desenvolvimento tem como causa e efeito a desconcentração de renda, o que o diferencia do que ele chama de “mau

desenvolvimento”, como o que ocorreu no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970. Ao encontro desse pensamento, Sen (2000) aponta que, a principal diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico é como o crescimento é apropriado, o que implica em crescimento igualitário e orientação à geração de empregos.

A definição de desenvolvimento apontada por Sen (2000) é focada no ser humano e está atrelada à noção de liberdade, sendo a causa e o efeito do desenvolvimento a expansão das liberdades. As liberdades que constituem o desenvolvimento dependem das disposições sociais e econômicas, como serviços de saúde, direitos civis, educação etc.

A liberdade é central no processo de desenvolvimento defendido por Sen (2000) por duas razões: avaliativa e de eficácia. A primeira consiste na avaliação do desenvolvimento pela verificação se houve ou não um aumento das liberdades da pessoa, enquanto a eficácia se relaciona com a “livre condição de livre agente das pessoas” (SEN, 2000, p. 18). Essa condição de agente livre surge devido à inter-relação dos diferentes tipos de liberdades, onde o autor distingue as liberdades substantivas – relacionadas à liberdade de obter nutrição, vestuário, moradia, acesso aos serviços de saúde, saber ler e fazer cálculos, saneamento básico, liberdade de expressão e de participação - e as instrumentais – que geram a capacidade geral de uma pessoa, a exemplo as liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Ao que se refere a razão de eficácia proposta por Sen (2000), as liberdades substantivas e instrumentais se manifestam na expansão do que o autor chama de capacidades.

Essas capacidades podem ao mesmo tempo ser potencializadas pelas políticas públicas e podem influenciá-las, em uma relação de mão dupla (SEN, 2000). Desta forma pode haver melhorias na qualidade de vida conduzidas não somente através do crescimento econômico ou das mudanças “conduzidas pelo custeio público”, mas também pelo processo de desenvolvimento “mediado pelo crescimento” ou “crescimento econômico a serviço do desenvolvimento” e, assim como Furtado (2004), que defende que esse processo seja fruto de uma ampla base, economicamente abrangente e orientado para o emprego (SEN, 2000).

Na busca de construir uma orientação prática ao desenvolvimento, Sachs (2007) defende o equilíbrio entre as formas de capital físico, humano, natural e financeiro. Para manter-se equilibrado, o crescimento deve ter um planejamento estatal, ações de mediação e incentivo à equidade, visto que a doutrina clássica de livre mercado gera desigualdades e problemas ambientais através da externalização dos custos e internalização dos benefícios.

A noção de ecodesenvolvimento surge como uma resposta ao termo desenvolvimento que se tornou um conceito pluridimensional, com excesso de adjetivos: econômico, social, político, viável, cultural, durável, humano etc. Segundo Sachs (1986), a noção de ecodesenvolvimento segue no sentido de criar um direcionamento prático, estabelecendo uma “hierarquia” de propostas: “o social no comando do ecológico, enquanto restrição assumida e o econômico recolocado em seu papel instrumental”.

O ecodesenvolvimento essencialmente compatibiliza as relações de estratégias de desenvolvimento com a de gestão do meio ambiente: “sua aspiração é a de definir um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo, o que não significa não se poder estendê-lo às cidades” (SACHS, 1986, p. 15).

Desse modo, esse conceito constitui uma diretriz de ação ao desenvolvimento, no qual se possa demonstrar como operacional e, segundo Sachs (2007), ser avaliado apenas sob a prática. Sobressaem-se como principais características do ecodesenvolvimento (SACHS, 1986): (1) valorizar os recursos específicos de cada ecorregião para a satisfação das necessidades fundamentais da população; (2) reduzir os impactos negativos das atividades humanas sobre o ambiente; (3) identificar, explorar e gerir os recursos naturais numa perspectiva solidária com as próximas gerações; (4) contribuir para a realização do homem; (5) utilizar fontes locais de energia; (6) aprimorar ecotécnicas que tornem compatíveis objetivos econômicos, sociais e ecológicos; (7) garantir a participação efetiva das populações locais na realização das estratégias de ecodesenvolvimento, e assegurar que os resultados sejam voltados a elas; (8) sensibilizar as pessoas quanto à dimensão do ambiente e dos aspectos ecológicos do desenvolvimento, e

transformar seu sistema de valores em relação à natureza, através da educação preparatória das estruturas participativas de planejamento e gestão.

Para Sachs (1986, 2007), o planejamento orientado para o desenvolvimento precisa levar em conta simultaneamente as dimensões de sustentabilidade: social, ecológica, econômica, espacial e cultural. A sustentabilidade social se refere a um tipo de crescimento mais equilibrado e equitativo, com igualdade na distribuição de renda e de bens, o que diminui as diferenças entre ricos e pobres. A sustentabilidade ecológica está relacionada a apoiar soluções para exercer menos pressão aos sistemas naturais; reduzir o consumo de combustíveis fósseis e buscar alternativas de recursos renováveis; reduzir o volume do consumo e da poluição; elevar as pesquisas de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficiência nos recursos e; desenhar instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários ao cumprimento da proteção ambiental adequada. A sustentabilidade econômica corresponde a uma alocação de gerenciamentos mais eficientes dos recursos em um fluxo constante de investimentos públicos e privados. “A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas por meio de critérios da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico” (SACHS, 1986, p. 181). Já a sustentabilidade espacial está associada a uma “configuração rural-urbana mais equilibrada e da melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas” (SACHS, 1986, p. 182). Dentre as prescrições dessa dimensão, destacam-se: a redução das ocupações excessivas em áreas metropolitanas, descentralização industrial que promova empregos não agrícolas em áreas rurais, e emprego adequado de pacotes tecnológicos, acesso aos créditos e a mercados para pequenos produtores. Por fim, a sustentabilidade cultural, que pode ser interpretada como “processos de mudança que resguardecam a continuidade cultural e que traduzam o conceito de ecodesenvolvimento numa pluralidade de soluções, adaptadas às especificidades de cada contexto socioecológico”. Sachs (1986) reforça a importância de se buscar “raízes endógenas” e a modernização de modelos agrícolas integrados.

O ecodesenvolvimento implica num modo tecnológico particular que pressupõe uma modalidade de organização social e um estilo de educação apropriado. O quadro institucional favorável ao ecodesenvolvimento exige a constituição de uma autoridade horizontalizada, onde ocorre a identificação de

necessidades concretas, assim como a participação efetiva das populações locais na realização das estratégias e de potencialidades produtivas (SACHS, 1986).

No mesmo sentido, Pecqueur (2005) defende o desenvolvimento territorializado através de uma organização horizontal, partindo da noção de espaço local como emergente em relação à evolução da economia internacional, colocando-se como uma alternativa às soluções restritas ao quadro macroeconômico ou liberal.

2.1 SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

O exercício de se entender o conceito de território não é simples, tendo-se em vista a sua complexidade organizacional. O conceito de território não é entendido apenas através de espaço físico, com conjunto de sistemas naturais, mas também o uso que se faz desse espaço, a identidade, a história etc. O território tem uma relação profunda de construção recíproca com as nações que o constituem, pois os povos constituem os territórios e os territórios constituem os povos (SANTOS, 1999).

A noção de território carrega uma multiplicidade de sentidos pela espacialidade humana ser tratada em diversas áreas de conhecimento (HAESBAERT, 2007). Deve-se compreender, contudo, que os conceitos só podem ser revitalizados e ter seus conteúdos ampliados ou alterados, se colocados à prova empírica.

Para Saquet (2009) espaço-tempo são fundamentais para entender territórios, paisagem, regiões, assim como espaço: “o espaço está no tempo e o tempo está no espaço” (SAQUET, 2009, p. 74). Entretanto, “espaço e território não são termos equivalente [...]. É essencial compreender que o espaço é anterior ao território” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Segundo Raffestin (1993), é o espaço quem possibilita a formação do território oriundo de atividades sistemáticas dos atores. Citando Milton Santos (1998), Saquet (2009) define espaço como:

uma realidade relacional, envolve a natureza e a sociedade mediada pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologia e, evidentemente pelo conhecimento. O gastar de energia, no trabalho, é o grande medidor da relação sociedade-natureza, na qual há objetivos naturais e objetivos sociais em movimento permanente, heterogeneidade do espaço habitado,

expansão da população, urbanização, hierarquias, fixos e fluxos (Santos, 1988). O espaço é produzido pelas ações dos homens sobre o próprio espaço, que aparece como paisagem artificial. O trabalho e a técnica ganham centralidade em sua argumentação; o homem é o sujeito, as técnicas, a mediação e o espaço são produtos históricos (SAQUET, 2009, p. 77).

De acordo com Raffestin (1993), território pode ser entendido a partir de um espaço onde se executou um trabalho ou uma produção. Sobre este pensamento revelam-se relações marcadas pelo poder onde “o espaço é a “prisão original”. Desta forma, o território é a prisão que os homens constroem para si”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Por essa linha de pensamento entende-se que o território é produto e meio de produção.

A ideia de produção de Raffestin (1993) está ligada ao conceito marxista de trabalho, decisivo para transformações e possíveis mudanças. Assim, o espaço é produto do trabalho, ou seja, a produção do espaço é dada pelo trabalho materializado.

De acordo com Fernandes (2008), são considerados territórios espaços de governança, propriedades privadas, capitalistas ou comunitárias, que produzem conflitos e disputas de ideais sociais.

As disputas territoriais são, portanto, de significação das relações sociais de controle dos diferentes tipos de territórios pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados (FERNANDES, 2008).

De acordo com Foucault (1979, p. 175), “poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação”, [...] “o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”. Nessa concepção relações econômicas, território ganha um sentido relacional. De acordo com Haesbaert (2002), no espaço onde a sociedade se reproduz tem um conjunto das relações sociais. Desta forma, “o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido [...] de envolver uma relação complexa entre os processos sociais e espaço natural, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza”

(HAESBAERT, 2002, p. 26). Para Bonnemaïson (1981) o território é uma maneira de se viver com os outros no campo das relações cotidianas.

Como se pode observar, o território por muitos aspectos que, segundo Castro (2005), a geografia política delimita, por exemplo: a) a política voltada ao controle do cotidiano e a definição dos limites das sociedades; b) o território como palco de disputas sociais materializadas; c) o poder como um exercício, oriundo da assimetria social do que é concreto.

A partir dessa observação do sentido político, o Estado admite o papel de “um ator que ao emergir na cena histórica tende a monopolizar as ações básicas do processo de formação territorial.” (MORAES, 2002, p. 59). Haesbaert (2009) explica que o conceito de território está muito mais próximo da ideia de controle e domínio, apropriação, que dá ideia de função econômica. Desta forma, o território pode ser definido pela tentativa de um grupo ou indivíduo de controlar ou até mesmo influenciar relações ou fenômenos em um determinado local.

Conforme Haesbaert (2004), território pelos geógrafos resulta da materialidade de múltiplas dimensões, sobretudo a interação sociedade x natureza. Já a ciência política enfatiza as relações e ações de poder ligadas muitas vezes ao conceito de Estado. Na economia o conceito de espaço é mais utilizado do que território. Na antropologia, território é posto como dimensão dos símbolos, diferente da sociologia que foca as relações sociais. Por fim, a psicologia que define território a partir da subjetividade individual, da identidade territorial.

Haesbaert (2007) agrupa quatro concepções de território, na busca de sintetizar as noções nas diferentes áreas do conhecimento: (a) a concepção política ou jurídica, a mais difundida, onde o território é um espaço delimitado e controlado pelo poder institucionalizado, na maioria das vezes, relacionado ao poder político do Estado; (b) a concepção cultural ou simbólica-cultural, em que o território é visualizado através da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; (c) a concepção econômica, na qual o território é concebido como fonte de recursos ou como produto da divisão territorial do trabalho; e (d) por fim, a interpretação naturalista, entende território como a relação entre sociedade e natureza.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deveriam incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligadas à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2007).

Haesbaert (2007) enfatiza a necessidade de se adotar uma perspectiva sistêmica de território, ou seja, “um espaço capaz de integrar de forma coesa as múltiplas dimensões ou lógicas econômicas, políticas, culturais, naturais” (HAESBAERT, 2007, p. 75). O conceito que tinha o papel de integrar essas dimensões na geografia era o de região, sendo que o pano de fundo deste conceito era o de uma síntese geográfica como uma base estruturadora na organização do espaço regional. O conceito de região, por sua natureza, é entendido dentre os conceitos geográficos como sendo o mais pretensioso.

O que se observa é que se reproduz nas discussões sobre território uma leitura de região que elege como referência ou o poder político ou símbolos da cultura ou a base técnica e econômica, dependendo da problemática abordada ou recorte disciplinar. Ou seja, mesmo a leitura de região varia conforme a perspectiva adotada para explicar os fundamentos da organização territorial da sociedade (HAESBAERT, 2007).

Para Haesbaert (2007), sobram duas possibilidades: admitir a existência de vários territórios coexistirem em suas dinâmicas próprias (territórios políticos, econômicos e culturais) ou buscar uma forma de articular ou até mesmo conectar as diferentes perspectivas de território, observada a necessidade “de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural” (HAESBAERT, 2007, p. 76).

Haesbaert (2007) parte de uma visão mais pragmática, emergente principalmente em virtude da implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial, em que se consideram as questões ligadas ao controle, ordenamento, gestão do espaço, questões ambientais e gestão do espaço. Nesse sentido, a certa necessidade de se considerar pelo menos duas características básicas do território: seu caráter de poder, incluindo os macro poderes (ligado ao caráter político e institucionalizado do território) e micro poderes (ligados ao cotidiano das populações e os elementos simbólicos); e seu caráter integrador, onde o Estado, os indivíduos e os grupos sociais, em suas vivências concretas, são “capazes, de reconhecer e de tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões”, ou seja, a integração parte da análise empírica (HAESBAERT, 2007, p. 76)

A fim de abranger a discussão sobre território, constata-se de um lado o modelo econômico baseado na acumulação de riquezas, e de outro, a abordagem econômica alicerçada no humano e na conservação dos recursos naturais. Este contraponto faz crítica ao utilitarismo e ao conceito-chave de *Homo oeconomicus*, base sobre a qual se construiu o paradigma econômico hegemônico. A crítica de mercado é estruturada com as contribuições de Sen (2000), do institucionalismo e da renovação introduzida pelas teorias da proximidade e do território. Por uma perspectiva interdisciplinar e intercultural, traz-se o conceito alternativo de *Homo situs*, de Zaoual, que desenvolve a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, um contraponto ao modelo capitalista atual (ZAOUAL, 2006).

Segundo Zaoual (2003), o conceito de sítio é flexível e pode ser utilizado em múltiplas escalas e organizações, como bairros, cidades, região, localidade, tribo, etnia, comunidades de origem diversa, país, cultura, civilização etc. E, portanto podem se combinar e formar um macro sítio, contendo uma pluralidade de sítios.

Zaoual (2006) sugere outro pensamento econômico para território em que este é simultaneamente um espaço herdado e uma condição indispensável para as resistências sociais, já que, antes de tudo, o homem é um animal territorial. Este fato esta dentro da economia informal, que, para este autor, funciona em redes de pertencimento, assegurando coesão para a facilitação das trocas econômicas.

Desta forma temos à consideração dos aspectos éticos pode enriquecer e suavizar a teoria econômica tornando-a menos rígida. Evidentemente, “A utilização muito abrangente da hipótese extremamente restrita do comportamento interessado do indivíduo limitou gravemente o alcance da economia” (SEN, 1993, p. 74). A consideração da variedade das motivações individuais é, em suma, incontornável no progresso da economia.

Segundo Sen (1993, p. 75), o modelo padrão repousa sobre três enunciados hoje, largamente discutíveis: o bem-estar egocêntrico – supõe-se que o indivíduo encontre seu bem-estar em seu próprio consumo e, de maneira isolada dos outros indivíduos (não há simpatia ou antipatia em relação aos outros); o bem-estar egocêntrico como objetivo – hipótese de maximização da satisfação; e a escolha ditada pelo objetivo pessoal – a escolha reduz-se à busca de objetivos próprios sem considerar as interações com os outros comportamentos dos outros agentes. Estas proposições estão no centro do modelo de equilíbrio geral e servem, assim, para construir sua estrutura lógica. Uma a uma, mostrando que são tanto parciais quanto inadequadas em relação a numerosas situações observáveis.

As perspectivas sobre os conceitos de território que foram expressos neste capítulo servem para auxiliar o olhar que se faz sobre o território abordado. Entender as múltiplas forças que se apresentam no local, de que forma elas agem e influenciam as famílias que praticam algum tipo de atividade rural, nos direciona para a formulação de uma perspectiva, de se pensar um novo território, capaz de fazer frente às problemáticas criadas pelo modelo de desenvolvimento atual.

2.2 LITORAL DO PARANÁ: UM BREVE ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Na Região do Litoral do Paraná, em meio a áreas de proteção ambiental e vulnerabilidades socioeconômicas, os dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizam em Matinhos uma população em torno de 33.024 habitantes, e sazonal, de veranistas e turistas de aproximadamente 1.500.000 pessoas (IBGE, 2010). Os municípios do Litoral podem ser divididos em três grupos: os municípios balneários de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná; os municípios agrícolas de Morretes e Guaraqueçaba; e os

municípios portuários de Antonina e Paranaguá, conforme ilustra a próxima imagem (FIGURA 01).

FIGURA 01 - MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: ITCG (2015)

Segundo Bigarella (1999), a região hoje compreendida pelo município de Matinhos esteve praticamente isolada antes do aparecimento do banhista, tendo uma evolução espontânea com sua população se adaptando de acordo com as necessidades para suprir sua nova realidade.

A região teve acesso a partir de 1926 com a abertura da Estrada do Mar (atual PR-407), que liga Paranaguá a um ponto mediano da orla da Praia de Leste, possibilitando acesso às áreas de balneabilidade toda sua extensão, utilizando-se da praia como estrada (BIGARELLA, 1999). O loteamento do balneário, em que hoje se localiza Matinhos, iniciou a pouco mais de 3 km ao norte da baía de Guaratuba, junto a um pontal rochoso, num local conhecido como Matinho, e que, logo acompanhado por um segundo, constituiu o que ficou conhecido como balneário de Matinhos (BIGARELLA, 1999).

Em 1928 iniciaram loteamentos na Vila Balneária Praia de Leste, situada no ponto de encontro da Estrada do Mar com a estrada da orla. Em 1930, foi criado o loteamento da Vila Balneária do Morro de Cayobá, logo também seguido por um segundo, implantado ambos no tombolo que faz a face norte da entrada da baía de Guaratuba, e que, acompanhando a toponímia, iniciaram a localidade chamada

Balneário de Caiobá (BIGARELLA, 1999). Ao que tudo indica, as localizações das vilas balneárias de Matinhos e de Caiobá se prenderam à proximidade da serra da Prata, único trecho da costa paranaense em que o complexo da Serra do Mar abeira a orla oceânica, fornecendo nascentes capazes de atender a esses projetos balneários com a necessária água potável, além de pesar as qualidades paisagísticas dos sítios – sendo assim, podemos imaginar que o fracasso da Vila Balneária de Praia de Leste, que não se desenvolveu a época, e que só será retomada já nos anos 1950, se deu pela inexistência dessas fontes. Nas décadas de vinte, trinta e quarenta do século XX não surgiram novos assentamentos balneários, e esses dois iniciais, que prosperaram, progrediram morosamente.

Matinhos, em 1936, contava, além de uns poucos hotéis e pequenas pensões, com 68 casas; Caiobá, em 1937, talvez não contasse com mais de 20 (BIGARELLA, 1999), o que é compreensível ao considerarmos a conjuntura de instabilidade que marcou essas décadas da primeira metade do século, e que, entre outros efeitos, limitou o investimento no lazer, ao menos de modo contínuo. Ainda para o autor as razões locais como o problema sanitário e a precariedade das estradas que tornava a viagem difícil e sujeitas a transtornos e riscos auxiliaram o retardamento da criação de novos balneários.

A década de 40, entretanto, ocorreu a superação parcial desses problemas, através de investimentos públicos, e a elevação do uso balneário já era visualizada. Em 1942 a estrada entre Matinhos e Caiobá, com três km, qualificava esse trecho e valorizava os dois balneários. Em 1948 foi construída a estrada entre Praia de Leste e Matinhos e a estrada que ligava a Guaratuba, sendo um trecho seguido por balsa atravessando a baía (BIGARELLA, 1999; DER, 2005).

Após duas décadas em que o uso balneário ficou restrito a Matinhos e Caiobá e, após a Guaratuba, nos anos 50 inicia a ocupação do Balneário Pontal do Sul, (SAMPAIO, 2006). Concomitantemente, lançou-se também, o loteamento Cidade de Caiubá (BIGARELLA, 1999), que, embora não se notabilizasse pelo porte, unia os assentamentos de Matinhos e Caiobá, e fazia associadamente a estes e à Cidade Balneária Pontal do Sul, com que, já neste início de década, a orla da planície de Praia de Leste tivesse em suas duas pontas projetos de apropriação para

o uso balneário significativos. Na FIGURA 02 pode se notar a disposição do território em expansão.

FIGURA 02 - LOCALIDADES BALNEÁRIAS E ANTERIORES AO USO BALNEÁRIO



FONTE: Sampaio (2006)

E o que se viu, portanto foi um processo ativo de loteamento, abrangendo as orlas das duas planícies, e que, em três décadas, praticamente as apropriou por suas ocupações. A ideia de apropriação, aqui, refere-se à conversão de áreas ao uso balneário pela aprovação de projetos de loteamento. A implantação efetiva de muitos deles, e mais ainda, sua ocupação por edificações, ocorreu de modo lento.

De acordo com Estades (2003), o contexto de variedade e disparidade do Litoral Paranaense dá origem a contradições acerca da sua composição natural, formada por um patrimônio ambiental de extrema riqueza ameaçado pelas desigualdades sociais na região, remetendo à problemática mundial que exige avanços no campo do desenvolvimento sustentável.

O crescimento populacional dos municípios praianos nos últimos anos chama atenção, já que grande parte do contingente que migra para o Litoral do Paraná é constituída por pessoas em estado de fragilidade econômica, em idade produtiva, as quais, em sua maioria, saem do interior do estado ou da própria Região Metropolitana de Curitiba (RMC), buscando oportunidades de trabalho e moradia no Litoral (ESTADES, 2003).

Ainda de acordo com Estades (2003), o Litoral do Paraná não dispõe de indústrias que possam absorver a migração de pessoas em busca de emprego. Esta região depende economicamente de um turismo de sol e mar, e tem atividades que são desenvolvidas somente na temporada de verão, permanecendo a sazonalidade do emprego e renda local.

3 O RURAL E O URBANO: CONTEXTUALIZAÇÃO, IMBRICAMENTO E INTER-RELAÇÕES

O presente capítulo abarca considerações a respeito da discussão que circunda o rural e o urbano, elencando contextualizações, relações e imbricamentos. O aporte teórico que se apresenta procura, de certa forma, tratar o urbano e o rural como parte do mesmo plano e desconstruir a ideia de mundos distintos.

Por se fazer referência basicamente aos destinos da população que vive em áreas rurais, tal discussão passou a ser conhecida pelo termo ruralidade.

Ainda que no Brasil a dimensão demográfica tenha obtido maior destaque, no sentido de procurar saber quais os critérios para definir o tamanho da população rural, o debate em torno da ruralidade vai muito além desta dimensão. A discussão sobre a ruralidade na França engloba: a dimensão social, a gestão do espaço e da reprodução das famílias de agricultores, aspectos relacionados à viabilidade econômica e produtiva e transações comerciais, questões relacionadas a preservação do patrimônio histórico e cultural (físico natural e humano) e, a dimensão ambiental, pautada na preocupação com as formas de uso dos recursos naturais (CARNEIRO, 1998).

Segundo Carneiro (1998), quando se aborda o tema da ruralidade está se abortando também às múltiplas dimensões das relações dos humanos e não-humanos com o meio ambiente, que é o próprio espaço rural.

No Brasil, a reflexão sobre a ruralidade, seja pelos cientistas sociais ou formuladores de políticas públicas, o fato de que até bem pouco tempo, especialmente no início da década de 1990, era tida como superada. Naquela época, talvez em razão das mudanças estruturais que haviam ocorrido na agricultura nas décadas anteriores, não era raro encontrar autores que esposavam a ideia de que a preocupação com o destino de parte da população brasileira daquele período, que habitava em áreas rurais era anacrônica, dada uma tendência inexorável de urbanização da sociedade brasileira (CARNEIRO, 1998).

Em nossa contemporaneidade, os que se dispõem a discutir o assunto já não divergem quanto à existência de uma interação ativa e recíproca do rural com o urbano e vice-versa. Embora Carneiro (1998) chame a atenção para a não

concordância em relação ao modo de classificar e definir o conteúdo e a extensão da ruralidade, há consenso de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas e os traços culturais que sucedem no espaço rural são fluidos, permeáveis e transpassados, enfim, integrados de algum na sociedade contemporânea.

A ideia de vincular o rural ao atrasado, ao isolamento e à tradição, e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perdeu seu sentido. A dinâmica das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transformou as noções de “urbano” e “rural” em “categorias simbólicas, construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente” (CARNEIRO, 1998).

Na visão de Ferreira (2013), mesmo com o processo de urbanização que viveu o país, os modos de vida rurais e a relação dos agricultores com a terra, inclusive em ambientes urbanos não se perdeu.

A cultura rural se faz presente nas cidades, na arte, na forma de se comunicar, de se vestir e de se relacionar com as pessoas e com a natureza (MONTEIRO & MENDONÇA, 2004), ficando mais difícil delimitar limites entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação pautada em práticas econômicas ou até mesmo em hábitos culturais. Entretanto, tal caracterização não resulta numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano em um *continuum* dominado pela cena urbana, pois “O desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo” (IANNI, 1996, p. 60).

Os conceitos de ruralidade e urbanidade que vêm sendo trabalhado como referências a territorialidades socioculturais, econômicas ou políticas, sejam objetos e a ações com características do espaço rural ou urbano. Objetos e ações estão, contudo, comunicados, influenciando e também demonstrando territorialidades. Apesar de imbricados, Souza (1995) assinala que as ações precedem os objetos, pois, para que um objeto se materialize no espaço, são necessárias relações sociais anteriores, com intencionalidades sobre a existência do objeto (SANTOS, 1996).

Tendo-se em vista o objetivo de identificar as manifestações da ruralidade observadas na dinâmica de algumas famílias, cujas raízes aparentam estar ligadas ao espaço rural e que se desenvolvem em ambientes considerados urbanos, é necessário um olhar sobre as estruturas de base teórica, resultante da convergência de teorias científicas que discutem o tema.

3.1 RURAL E URBANO, SEU DESDOBRAMENTO EM RURALIDADE

Os conceitos referentes à discussão de espaços urbanos e rurais não mais observadas como dicotômicas, mas observados com propriedades singulares capazes de conviver, ainda que de uma forma complexa, pois se relacionam com variáveis que influenciam direta ou indiretamente a dinâmica de um território e cria como consequência uma amálgama chamada ruralidade.

Morin (2004) chama a atenção para a complexidade ao falar da sustentabilidade do desenvolvimento, uma vez que “[...] a sua essência está imbricada em um tecido de problemas inseparáveis, exigindo uma reforma epistemológica da própria noção de desenvolvimento” (MORIN, 2004, p. 09). O autor explica ainda que o centro da questão esteja em uma reforma de pensamento, que é possível a partir de uma reforma de ensino, podendo ser desenvolvido dentro do território.

Desde o início do século XX o rural e o urbano eram discutidos pela academia e por instituições estatais, com o intuito de projetar políticas públicas específicas que compreendessem tais espaços. De modo geral, a literatura reconhece que o rural assume funções sociais, tais como: conservar a natureza, proporcionar espaços de lazer, promover o abastecimento alimentar (MALUF & CARNEIRO, 2002). No entanto, esse contexto está ligado a um rural profundo, onde as características da ruralidade são facilmente observadas.

Para Biazzo (2007, p. 19), que acredita ser mais conveniente chamar campo e cidade de campestres e citadinos, respectivamente, ressalta que:

[...] em ambos os espaços se manifestam identidades sociais que configuram ruralidade e urbanidade. Em paisagens do campo e das cidades

(formas, conjuntos de objetos) existem urbanidades e ruralidade (conteúdos – heranças, origens, hábitos, relações, conjunto de ações) que se combinam, gerando novas territorialidades, admitindo-se que cada local ou região pode abrigar diferentes territorialidades superpostas, relativas a diferentes atores sociais.

Nesse sentido, ruralidade e urbanidade fazem referência a manifestações culturais, atreladas aos modos de vida, ocupações, tradições, ou seja, fazem referência a conteúdos que geram territorialidades.

A transição chamada de periurbano refere-se à área onde pode se encontrar as duas formas de ocupação em uma constante reorganização do território. Por sua vez, a indústria fez a cidade crescer, desencadeando o processo de urbanização, e o crescimento das periferias ditado pelo tecido urbano. O crescimento das cidades, a mecanização da agricultura seguida de sua industrialização e o transbordamento do urbano nas áreas rurais verificados em vastas regiões do mundo no decorrer do século XX indicam que a transição entre os espaços rurais e os espaços urbanos deve ser entendida de acordo com a formulação do espaço contínuo (SOROKIN & ZIMMERMANN, 1986).

Em algumas conjunturas, o espaço rural se forma pelo seu entrelaçamento com os espaços urbanos, desta forma o espaço rural não está mais somente no campo, mas diversas vezes ele surge nas cidades e no próprio espaço urbano. Nesse sentido, a palavra rural pode gerar diferentes significados. No entanto, há algumas décadas era entendida de acordo com o vínculo a terra, e com o passar do tempo, o conceito de rural e urbano foi sendo significado e (re) significado (SOROKIN & ZIMMERMANN, 1986).

Podem-se identificar grandes diferenças entre o rural e o urbano como já foi citado, entretanto, quando um espaço invade o outro tem se então, o surgimento de um novo espaço caracterizado pela sinergia entre campo e cidade, ocorre, dessa forma, a mistura dos espaços nessa perspectiva. A polarização dos contrários, por sua vez, é substituída por um gradiente de variações espaciais (SIQUEIRA & OSORIO, 2001). Os autores ainda enfatizam que, em um segundo momento, quando as definições precisas são implodidas, surge à relação profunda e a unidade existente entre os contrastes rural e urbano, componentes do mesmo plano, da mesma realidade (SIQUEIRA & OSORIO, 2001).

Marques (2002) considera a existência de duas correntes interpretativas da relação urbana e rural. A visão dualista, de oposição entre o rural e o urbano, onde o mundo rural reflete o atraso, enquanto o mundo urbano estaria vinculado ao progresso, ao moderno, e a visão do *continuum* rural-urbano, alicerçada na ideia de que o progresso da urbanização foi o responsável pelas mudanças significativas no espaço rural, diminuindo as diferenças entre a realidade urbana.

A ideia dualista prevaleceu por décadas no Brasil, segundo Veiga (1999), trata-se de um equívoco discutir a relação rural X urbano ou campo X cidade nos termos da discussão do *continuum* ou da dicotomia rural-urbano. Segundo Veiga (2004), as mudanças sociais e econômicas recentes, sobretudo nos países e regiões desenvolvidas demonstra que existem complementaridades entre o rural e o urbano.

Assim, o autor propõe alterar a referência teórica e o enfoque setorial para numa nova definição de rural. Neste sentido, sugere o uso do enfoque territorial como uma alternativa para substituir a dicotomia, rural-urbano. Para Veiga (2004), a abordagem territorial permite definir a ruralidade com base em critérios que captam a intensidade do uso do espaço rural a partir da pressão antrópica sobre os ecossistemas. Ou seja, como o próprio autor define: “A distinção entre ambientes rurais e urbanos repousa, antes de tudo, no grau de artificialização dos ecossistemas, tendo então como ponto de partida a ecologia, isto é, o estudo dos habitats naturais de todas as espécies vivas” (VEIGA, 2004, p. 11).

Para o autor, o anacronismo da definição normativa do rural, ainda hoje utilizada pelo IBGE, pauta-se na convicção de que é preciso avançar, ir além dos critérios residuais e setoriais que a inspiram. O autor sugere utilizar, em seu lugar, uma definição do rural a partir do grau de artificialização dos ecossistemas, cujo critério ou unidade de medida pode ser a densidade demográfica, que indicaria a pressão antrópica dos homens sobre os recursos naturais. A definição, para o autor se baseia em critérios que possam dar conta, simultaneamente, dos aspectos ecológicos e socioeconômicos da utilização dos territórios pela espécie humana (VEIGA, 2002).

Esta é a base teórica que sustenta seu entendimento de que uma abordagem territorial talvez seja a pista ou o caminho por onde se poderia repensar e redefinir o rural e a ruralidade, porém, na atualidade, há uma ampla aceitação da

corrente do “*continuum* rural-urbano”, pois esta se encontra mais adaptada à dinâmica espacial contemporânea, conforme enfatiza Wanderley (2000, p. 107).

“O conceito de *continuum* rural-urbano permite identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o urbano, e reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural” (WANDERLEY, 2000, p. 107).

Segundo Ching e Creed (1997), as identidades baseadas no espaço rural podem ser consideradas rústicas, as associadas à cidade são urbanas, ou, de forma mais vernacular, sofisticadas. Apresentadas nestes termos contrastantes, a possibilidade de uma rusticidade culturalmente valiosa se torna difícil de imaginar apesar de, muitas vezes, sentimentalmente associarmos a ruralidade com um deserto sublimemente despovoado ou um duro passado agrário.

A ruralidade é uma manifestação que acontece nos quintais das casas, onde se observa o cultivo de pequenas hortas, esta condição enriquece o leque de possibilidades ao qual a ruralidade se expressa e aponta como indícios de uma realidade mais concreta, considerando o sujeito que pratica esta atividade com uma “visão de mundo e de valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual está” (CARNEIRO, 1998, p. 60).

O estudo da ruralidade dentro das cidades se mostra relevante, na medida em que a identificação de um “mundo rural” está sendo percebida e interpretada a partir da expansão da dominação do urbano sobre o rural, já que o conhecimento científico recorrentemente encontrado está fundamentado no mundo urbano e na expansão das cidades (MARTINS, 1981).

Mais do que focalizar as manifestações da ruralidade, entendida como pura e simplesmente um setor econômico, a prática da ação rural realizada pelas famílias em suas complexas relações com a natureza e as demais estruturas sociais que modelam formas particulares de produção e reprodução social (WANDERLEY, 2000).

Assim, não há uma sobreposição das imaterialidades rurais ou urbanas, o que se aponta é uma combinação de práticas que não correspondem a arranjos generalistas porque variam no tempo e no espaço e está ligada à realidade do praticante.

A contextualização do rural e o urbano sendo tratados como parte do mesmo plano permite tratar, os elementos que caracterizam cada um como, um potencializador de ações e de construção de novos territórios capazes de criar sinergias de enfrentamento de problemas ocasionados em decorrência do modelo excludente de desenvolvimento atual.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

Buscando a contextualização do incremento da agricultura em meio urbano apresentam-se neste capítulo algumas abordagens relacionadas a este tema, que nos ajuda a compreender essa atividade que é expressa nos territórios urbanizados e tem intrínseca relação com o rural.

De acordo com Mougeot (1994), a produção de alimentos é uma atividade presente na maior parte da história da humanidade, sendo um dos principais motivos para que diversas populações urbanas se engajem na sua produção, seja essa produção urbana - residencial ou rural.

Há atividades de cultivo e de criação encontradas em cidades pequenas e regiões metropolitanas (MOUGEOT, 2000). As atividades rurais, que, por vezes, estão inseridas em um conjunto de determinadas situações acabam ofuscando essas atividades. Para Mougeot (2000), há uma relação estreita e imbricada entre a agricultura e os centros urbanos, na produção de alimentos para abastecer as cidades, ou seja, na consolidação dos espaços urbanos. No desenvolvimento das cidades, geralmente há um lugar dedicado a atividades rurais e até mesmo espaços que possam ser utilizados para estas práticas.

É importante dizer que os atores que se localizam nestas áreas de transição manifestam suas ações de acordo com suas liberdades e estão sujeitos a sempre redefini-las conforme suas necessidades.

Vale (2007, p. 237) utiliza-se do termo periurbano para explicar as “zonas de transição entre cidade e campo, onde se mesclam atividades rurais e urbanas na disputa pelo uso do solo”. A disputa pelo uso do espaço, em constante transformação, influencia diretamente na forma de como é compreendido por seus atores, que ora se manifesta pela ruralidade ora se comporta como urbano.

Conforme Machado e Machado (2002), a AUP compreende o exercício de diversas atividades relacionadas à produção de alimentos e conservação de recursos naturais dentro dos espaços urbanos ou em suas periferias, surgindo como estratégia de fornecimento de alimentos, de geração de empregos, além de

contribuir para a segurança alimentar e melhoria da nutrição dos habitantes das cidades.

A prática agrícola ou manifestação da ruralidade só faz sentido se de alguma forma estiver ligada a um pertencimento simbólico com um dos espaços que representam o rural ou o urbano (CARNEIRO, 1998).

Para Ferreira (2013), a AUP se refere à localização das práticas agrícolas dentro ou no entorno das cidades, ou seja, na área intra-urbana que inclui todos os espaços dentro das cidades. Tais práticas podem ocorrer em áreas coletivas ou individuais ou mesmo em áreas públicas, incluindo praças, parques e locais ociosos, como terrenos baldios. Ainda segundo Ferreira (2013), a agricultura periurbana é caracterizada pela existência de espaços funcionais e habitáveis com a prática do cultivo de terras perto da cidade, podendo variar de 10 a 90 km², e muitas vezes apresentar vizinhança com as áreas rurais.

De acordo com Mostafavi e Doherty (2014), os espaços periurbanos agrícolas são considerados recursos essenciais para as economias urbanas e para a promoção da biodiversidade. Mougeot (2000), por sua vez, destaca como determinante da agricultura urbana: ser atividade econômica localizada em área intra-urbana ou periurbana; produzir em escala e sistema de produção categorias e subcategorias de produtos destinados a venda.

As áreas onde são encontrados os espaços periurbanos tendem a sofrer com mudanças agrícolas mais incisivas que nas regiões centrais, por conta de sua proximidade com a área rural. Os critérios para enquadrar os tipos de áreas são variados, devendo-se levar em conta a área com relação à residência daquele que exerce a atividade, se está dentro ou fora do lote onde reside, sua relação à modalidade de uso do local, a relação de desenvolvimento da área e a categoria oficial da região ocupada para a prática da agricultura.

Ainda segundo Mougeot (2000), o sistema e a escala da produção também permeiam essa relação da definição, já que são muitas as formas com que a agricultura urbana interage com outras funções urbanas, fornecendo recursos, produtos e serviços para as cidades. Os tipos de produtos da AUP variam entre

alimentares como: grãos, hortaliças, ervas medicinais, frutas, porcos, galinhas e peixes ornamentais.

Outra forma de garantir o modo de vida rural em ambientes urbanos tem sido por meio de hortas comunitárias. Conforme Arruda (2006), uma horta comunitária se caracteriza por ser cultivada por grupos de famílias ou pessoas de uma comunidade, organizadas muitas vezes em cooperativas ou associações. Em geral, as hortas, segundo o autor, são instaladas em áreas públicas ou particulares e ociosas, onde se cultivam hortaliças, plantas medicinais, leguminosas, frutas e, sua produção abastece os que moram perto dessas áreas.

A destinação dos produtos pode ser o comércio local ou o autoconsumo. Entretanto, muitos autores acabam definindo de forma mais geral o conceito de agricultura urbana e periurbana, mesmo quando estas dimensões são apresentadas raramente usam suas constatações obtidas em campo para refinar essas terminologias (MBIBA, 1998).

A multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana aponta, para promover cidades mais produtivas e ecológicas¹, respeitando a diversidade social e cultural, de forma a promover a segurança alimentar e nutricional, de onde surge o conceito de cidades produtivas que traz apontam para uma perspectiva para o desenvolvimento que permite a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações.

A cidade ecológica potencializa atividades da agricultura urbana e periurbana, através gestão territorial e ambiental das cidades, integra práticas com políticas, de uso comum do espaço, de gestão de resíduos sólidos, de uso de águas residuais tratadas e da chuva, busca diminuir a impermeabilização do solo e contribui com perspectiva de diminuição e desequilíbrios ecológicos (LOVO & SANTANDREU, 2007).

A ideia de que a cidade propicia espaços de diversidade social e cultural, potencializadas por prática da agricultura urbana e periurbana, promovendo políticas

¹ A cidade ecológica refere-se à possibilidade de potencializar, com as atividades de AUP, a gestão territorial e ambiental das cidades, integrando a AUP com as políticas de gestão territorial, de uso social do espaço.

de respeito às condições étnicas e socioculturais permitindo a inserção de grupos considerados vulneráveis, como mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais, quilombolas, entre outros, parte de uma perspectiva de respeito à ampla diversidade que se coexistem e permite a equidade e promoção da governabilidade participativa (LOVO & SANTANDREU, 2007).

Dessa maneira, o urbano pode contribuir para a segurança alimentar e nutricional ao permitir que as iniciativas de agricultura urbana e periurbana – como política de combate à fome e de complementos alimentares e nutricionais – partindo de um ideal incisivo de combate à desigualdade e suporte social. A multifuncionalidade apontada por Lovo e Santandreu (2007), inerentes às práticas de agricultura urbana e periurbana, demanda políticas públicas, já que promovem a melhoria da gestão ambiental, contribui para gestão do território, promove equidade de gênero respeitando às condições étnicas e culturais, permite o combate a pobreza gerando trabalho e renda, e, por fim, promove a inclusão social e a governabilidade participativa. Na prática, pode-se observar que esta atividade auxilia a capacidade de desenvolver soluções de enfrentamento dos diversos desafios do desenvolvimento, entre eles a pobreza urbana e a insegurança alimentar na cidade.

Mougeot (1994) aponta que, uma vez constatada que a agricultura se faz presente no meio urbano, pode-se falar na existência de um agricultor urbano, um sujeito que desenvolve a prática de produção vegetal e animal no interior da cidade. Esta prática está relacionada a indivíduos ou organizações formais, ou não, em suas mais diversas expressões de condição social, destacando-se neste meio o envolvimento de grupos considerados vulneráveis e não vulneráveis.

Dessa forma, a prática produtiva está ligada ao indivíduo, uma visão sociopolítica que confirma o princípio de que a atividade agrícola não se esgota na simples oferta de produtos ao mercado, mas que oferece na mesma medida, outros bens à sociedade, inclusive bens considerados imateriais, o que faz da agricultura uma atividade com múltiplas funções.

A atividade agrícola que se desenvolve em espaços urbanos ou periurbanos, vinculadas à dinâmica das regiões urbanas, cria uma nova forma de articulação com a gestão territorial e ambiental das cidades.

A partir desse olhar se identifica a existência e a influência das dimensões e perspectivas da sustentabilidade na incorporação da noção de multifuncionalidade das práticas agrícolas, o que consequentemente contribui para o processo de desenvolvimento regional. Conforme Sachs (2000, p. 86), “a sustentabilidade territorial seria viabilizada pelo equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais”, portanto, compreende-se que a AUP faça parte do contexto social no qual os praticantes se inter-relacionam dentro de um território. Além disso, ao aproximar campo e cidade a AUP contribui para a estruturação de circuitos de proximidade de produção e consumo, curtos e curtíssimos de comercialização, construindo dinâmicas que vão além da ligação geográfica, transformando a dinâmica das cidades.

5 METODOLOGIA

Compreende-se por caminho metodológico: o pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, a metodologia de um trabalho científico é associada à teoria da abordagem (o método), aos instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e à criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sensibilidade) (MINAYO, 2015). Assim, um caminho metodológico desencadeia-se de forma lógica à formulação de uma pesquisa.

Para este trabalho, a metodologia utilizada teve caráter exploratório, analítico-descritivo e qualitativo. Para Queiroz (1992), o método exploratório, ou o estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela esta inserida. Nessa direção, esta pesquisa pressupôs que o comportamento humano, ato de produzir alimentos e outros, que ora caracterizavam o rural, em espaços urbanos e periurbanos, compreendia o contexto social.

Este estudo exploratório foi realizado durante a fase de planejamento da pesquisa, como se fosse uma sub-pesquisa e se destinava a obter informação para refletir sobre a realidade.

No parecer de Gil (2008), a pesquisa exploratória é utilizada com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, sendo realizada quando o tema escolhido é pouco explorado e a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis mais dificultosas. Para tanto, a aproximação com o local onde a pesquisa se desenvolveu se deu através do trabalho pessoal que era realizado no território. Embora o trabalho que realizava tinha outro caráter, este serviu para que houvesse uma aproximação com as famílias que foram envolvidas na pesquisa. Pode-se então observar parte do comportamento de núcleos familiares que chamavam a atenção por determinadas práticas que realizavam uma manifestação de uma “ruralidade”, práticas e atividades rurais que eram desenvolvidas em um território apontado como urbano. Dessa forma, foi possível criar hipóteses e objetivos relacionados ao tema, graças às informações e mais detalhes que puderam ser observados e levantados através de uma revisão

bibliográfica que se deu por meio de livros, revistas especializadas, periódicos, artigos, teses, dissertações e consulta à internet, destacando-se os seguintes autores: SEN, 2000; MARQUES, 2002; ESTADES, 2003; WANDERLEY, 2003; FURTADO, 2004; MOUGEOT, 2006; RUA, 2006; HAESBAERT, 2007; SACHS, 2007, entre outros.

Uma pesquisa descritiva, de acordo com Gil (2009), tem como objetivo a descrição de um fenômeno ou população, ou ainda, das relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob essas formas, mas o que se buscou foi uma de suas características mais significativas, o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. As pesquisas descritivas caracterizam-se como estudos que procuram determinar as condições, opiniões ou projeções futuras nas respostas. A sua valorização está baseada na premissa que os problemas podem ser resolvidos e as práticas podem ser melhoradas através de descrição e análise de observações objetivas e diretas. As técnicas utilizadas para a obtenção de informações de uma pesquisa descritiva são bastante diversas, destacando-se os questionários, as entrevistas e as observações.

Para muitos autores esse método permite utilizar múltiplas fontes (qualitativas e quantitativas), enquadrando-se em uma lógica de construção de conhecimento, a pesquisa procurou trabalhar com avaliação qualitativa, que conforme Minayo (2002):

O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. (MINAYO, 2002, p. 22).

Portanto, com essas concepções metodológicas, este trabalho procurou construir aproximação com o objeto de estudo, ferramenta de coleta de dados e estrutura de análise, tendo como foco as premissas dos objetivos de dialogar com essa manifestação de ruralidade que se apresenta no território descrito.

Para tanto, essa pesquisa encontra-se dividida em três etapas, a saber. Primeiro uma aproximação do território abordado, observando-se nele traços rurais. Na sequência foram realizadas visitas a fim de identificar, dentro dos balneários Inajá e Albatroz, práticas oriundas da atividade rural, mapeando essas na região de

pesquisa, em terceiro a análise dos dados revisitando autores para a melhor compreensão do tema de pesquisa.

Para a observação de traços rurais na área em análise foi à incursão no território, identificando as possíveis famílias aptas a fazerem parte do processo de pesquisa. A visita nos balneários auxiliou na criação do instrumento de coleta de dados posteriormente utilizado, neste caso optou-se por fazer um questionário (APÊNDICE 01) aplicado em forma de entrevista semiestruturada e com auxílio de um gravador.

A amostragem da população não foi probabilística, o tamanho e a localização da população não eram conhecidos a priori, desta forma, foi sendo definida na medida em que o pesquisa foi se encaminhando, identificando um indivíduo que poderia indicar conhecidos envolvidos no mesmo tipo de atividade, e assim era convidado a fazer parte do estudo e assim sucessivamente de modo que a amostra pudesse ser construída (MATTAR, 1997). Uma vez observado o universo de famílias que exercem práticas rurais, foi definido um número de dezoito famílias que estavam aptas a compor a amostragem da pesquisa.

Na segunda etapa foi elaborado o instrumento de captação de dados, um questionário previamente elaborado utilizado durante as entrevistas com as famílias selecionadas que permitiu extrair elementos referentes à prática rural, à percepção do ambiente urbano e periurbano. O registro das entrevistas com gravador foi de fundamental importância, pois foi possível transcrever as conversas com as famílias, facilitando a análise. O conjunto destas ferramentas permitiu a classificação da informação a partir das múltiplas fontes de evidência que se revelaram pela fala dos entrevistados e pela observação das atividades realizadas no território.

O questionário foi estruturado com questões de fácil entendimento, ao mesmo tempo em que foi capaz de abordar aspectos da ruralidade observados nas famílias entrevistadas e também conteve questões relacionadas à renda, número de membros na família, procedência, escolaridade, idade, dentre outros, que podem ser conferidos no APÊNDICE 01. Este mesmo questionário procurou identificar e determinar as práticas ligadas a uma manifestação rural e suas motivações ao realizar tais atividades. Esta ferramenta utilizada captou o máximo de elementos possíveis que permitiram a construção de uma pesquisa capaz de relacionar a

manifestação da atividade rural no perímetro urbano em alinhamento ao desenvolvimento territorial sustentável.

Nesse caminho em que seguiu a metodologia, também foi analisado os dados adquiridos através de pesquisa bibliográfica, anotações das visitas realizadas a campo e das entrevistas, qualificando os impactos sociais, econômicos e ambientais gerados pela prática da ruralidade em perímetro urbano. A seguir o QUADRO 01, que apresenta os objetivos da pesquisa e suas dimensões.

QUADRO 01 - OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo geral		
Identificar as manifestações de ruralidade e as condicionantes responsáveis por sua ocorrência em propriedades privadas localizadas nos balneários de Inajá e Albatroz no município de Matinhos - PR.		
Objetivos específicos	Questões norteadoras	Acesso na coleta de dados
Diagnosticar traços de ruralidade presentes em propriedades situadas nos balneários Inajá e Albatroz.	Quais manifestações simbólicas referentes ao rural estão presentes nestas localidades?	Incursão no território, entrevista com moradores e aplicação de questionário.
Avaliar a importância da oferta dos alimentos e da renda das famílias pelas práticas agrícolas nos locais em estudo.	É possível se considerar as práticas de ruralidade identificadas como uma estratégia utilizada pelas famílias – para o seu auto-sustento e a sua complementação de renda?	
Interpretar os elementos promotores e inibidores das práticas de ruralidade atuantes nos locais considerados na pesquisa.	Quais elementos geram a promoção e/ou inibição das práticas rurais nos locais analisados?	

FONTE: O autor (2018)

Após a concretização dessas etapas, a análise dos dados transcorreu de forma apoiada parcialmente na análise do discurso dito como complementar, observando o não dito, mas possível de ser observado no ambiente. A seguir QUADRO 02, que consta a matriz teórico-metodológica na qual a pesquisa se desenvolveu, apresentando as categorias teóricas, simbólicas empíricas e as modalidades de apreciação, que foram capazes de respaldar a análise desse conteúdo.

QUADRO 02 - MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA

	Categoria teórica	Categoria simbólica empírica	Modalidade de análise
D T S	Manifestação da ruralidade	Toda forma de representação referente ao mundo rural	Análise de conteúdo: análise temática Análise de discurso: relações sociais
	Agricultura urbana e periurbana	Territorialidade e sustentabilidade Formas de produção e para qual fim a mesma se destina	
	Ecodesenvolvimento	Estrutura do consumo Contexto social Modalidades de utilização dos recursos naturais e da energia com a percepção homem-natureza-consumo	

FONTE: O autor (2018)

Nota: DTS - Desenvolvimento Territorial Sustentável

Dentre as categorias teóricas utilizadas para subsidiar a análise dos dados tem-se:

- a) Manifestação da ruralidade se dá pelas interações espaciais e interdependências existentes entre campo e cidade. A manifestação ruralidade pode ser observada nos quintais de residências em áreas centrais e/ou bairros, nos traços de ruralidade que apontavam indícios de uma realidade mais concreta, tendo “visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas” (CARNEIRO, 1998, p. 60);
- b) Agricultura urbana e periurbana, pode ser entendida como aquela praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos, onde se cultiva, produz, cria e se distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2000);

- c) O codesenvolvimento para Sachs (2007) indica ao mesmo tempo um novo estilo de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, norteados por um conjunto interdependente de postulados éticos; e
- d) O desenvolvimento territorial sustentável assinala o registro de experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica. No nível local, implicando em métodos de recriação de identidades territoriais (VIEIRA, 2006).

Por fim, coube uma leitura de todo o processo teórico aplicado, através de uma triangulação dos dados coletados. A orientação teórica sobre o tema da ruralidade e suas manifestações e do aporte teórico que pauta o desenvolvimento territorial sustentável criam categorias possibilitam compreender as temáticas, a partir dos dados coletados, possibilitando através sua análise, exprimindo significados e elaborações significantes que atendam aos objetivos da pesquisa.

Vale destacar aqui os problemas que estiveram presentes durante a pesquisa. Foram observadas dezoito possíveis famílias participantes da entrevista, no entanto, alguns participantes se recusaram a responder alguns questionamentos, seja por medo relacionado a questões políticas, já que muitas das famílias observadas recebem cesta básica da prefeitura municipal de Matinhos, ou seja, pela escolha do instrumento de coleta de dados, o questionário aplicado em uma entrevista semiestruturada não ter sido eficiente, pois exigia que os participantes dedicassem um tempo para poder respondê-lo. Pode-se observar também a distância que ainda há entre a universidade e a comunidade, muitos dos que foram convidados a participar se quer sabiam que a universidade desenvolvia pesquisas na região, bem como da importância que essa tem para o desenvolvimento na região. Pareceu ainda haver um abismo entre este meio de ensino com o local onde ocorreu a pesquisa, o que pode ser um empecilho para que futuros pesquisadores se aproximem desta localidade.

O período de observação e levantamento das famílias aptas a participarem da pesquisa foi feito fora da temporada de verão, diferente do período de entrevistas, que foi realizado durante a temporada. Esse fator influenciou os resultados, pois muitas famílias aptas a participarem não foram mais encontradas, pois, segundo relatos de moradores da região, estas famílias haviam partido em busca de trabalhos temporários próximos ao centro do município de Matinhos.

Outro problema do reduzido número de entrevistados foi desconforto de serem gravados, gerando má qualidade e descarte de algumas entrevistas. Desta forma, com esse caminho metodológico percorrido, chegou-se momento, onde foram discutidos os resultados das informações obtidas. Essa etapa foi realizada com base nos relatos, observações e interpretação dos resultados das entrevistas e todo o acumulado durante a revisão de literatura e do que foi percebido e constatado em campo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo visa apresentar os principais resultados obtidos pelas entrevistas realizadas. Para a análise foram criadas três categorias elencadas através dos objetivos específicos da pesquisa: I) Traços e simbolismos da ruralidade. II) A prática rural e sua importância. III) Entraves e promoções da manifestação rural (QUADRO 03).

QUADRO 03 - MATRIZ ANALÍTICA

Categorias	Método de pesquisa	Público/Ambiente	O que foi considerado
Traços e simbolismo da ruralidade	Entrevista semiestruturada	Famílias em suas propriedades	Referências identitárias com o lugar de origem e fatos ligados à prática agrícola. Identificação do saber-fazer da prática rural e suas adaptações.
	Pesquisa Bibliográfica.	Contexto da ruralidade	
	Observação do território	Entrevistas nas localidades onde se desenvolveu a pesquisa	
A prática rural e sua importância	Entrevista semiestruturada	Famílias em suas propriedades	Importância da prática rural com as questões de renda da família.
	Pesquisa teórica	Aporte teórico que discute o urbano e o rural.	
Entraves e promoções da manifestação rural	Entrevista semiestruturada	Famílias em suas propriedades	Relação dos entrevistados com o território. Superação dos entraves e de promoção das práticas agrícolas.
	Apontamentos relevantes dos participantes	Dados captados pelas entrevistas semiestruturadas.	
	Aporte teórico da pesquisa	Relação entre os apontamentos realizados de forma empírica pelos participantes e o referencial teórico utilizado.	

FONTE: O autor (2018)

Para compreender como a ruralidade acontece às famílias entrevistadas, buscou-se compreender a trajetória de vida do sujeito, onde Frykenberg (1996, p. 72) explica que:

Toda vida humana seja qual for o seu significado, tem uma história a ser contada. Toda vida humana pode servir de documento, carne, sangue e

espírito. Tal como pode nos informar o que aconteceu em uma entre um número potencialmente infinito de diferentes experiências da existência humana. A de cada vida com todas as suas consequências, suas surpresas e reviravoltas, serve de lente por onde o qual se vê e compreende o mundo todo.

No contexto exploratório da ruralidade dos entrevistados constatou-se que entre 12 famílias entrevistadas, quatro no Balneário Inajá e oito no Balneário Albatroz, nenhuma tinha os mantenedores nascidos no município de Matinhos, ou de Paranaguá, cidade vizinha com hospital que atende a Região, que explicaria o nascimento naquele município. Os mantenedores eram de Minas Gerais, Alagoas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (QUADRO 04).

QUADRO 04 - IDENTIFICAÇÃO DAS CIDADES NATAL DO MANTENEDOR DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Identificação da família	Idade	Escolaridade	Naturalidade	Estado	Tempo em Matinhos
A	66	8º série	Lapa	PR	12 anos
B	65	3º série	Varginha	MG	2 anos
C	64	3º série	Campina grande do sul	PR	2 anos
D	69	3º série	Palmeira das Missões	RS	3 anos
E	75	4º série	Joaçaba	SC	11 anos
F	37	4º série	Santa Isabel do Oeste	PR	8 anos
G	70	4º série	Santana do Ipanema	AL	15 anos
H	46	5º série	União da Vitória	PR	5 anos
I	58	1º ano ens. médio.	Curitiba	PR	10 anos
J	53	Analfabeto	Mendes Pimentel	MG	12 anos
K	43	Ensino superior	Cascavel	PR	3 anos
L	66	5º série	Arapoti	PR	6 anos

FONTE: O autor (2018)

Pouco mais da metade dos entrevistados era do Paraná, nenhum era nascido na Região do Litoral. As razões que levaram o deslocamento apresentado, pelos entrevistados foram à busca por melhores oportunidades como trabalho, saúde, educação e renda.

A média de idade dos entrevistados era de 60 anos, tendo como principal fonte de renda a aposentadoria ou auxílio do governo chamado de Benefício de Prestação Continuada² (BPC) por muitos daqueles com mais de 60 anos. Entre os

²O (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.

entrevistados com menos de 60 anos dois possuíam carteira assinada e três trabalhavam sem registro.

QUADRO 05 - FONTE DE RENDA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Identificação da família	Quantidade de pessoas na família	Fonte da renda
A	2	BPC
B	2	BPC
C	2	Trabalho Informal
D	1	Aposentadoria
E	1	Aposentadoria
F	3	Trabalho Informal
G	2	Aposentadoria
H	3	Trabalho Informal
I	2	Trabalho de Carteira Assinada
J	2	Trabalho Informal
K	1	Trabalho de Carteira Assinada
L	1	Aposentadoria

FONTE: O autor (2018)

Três entrevistados famílias ganhavam dois salários mínimos ou mais e dois recebiam abaixo de um salário mínimo. Embora a renda familiar fosse um indicador econômico importante, o foco da pesquisa era a ruralidade.

Rua (2006) ressalta que o rural está integrado às transformações do momento atual de (re) organização do espaço pelo capitalismo; ele permanece como tal, mas recriando e integrando novas lógicas.

Como a maior parte dos entrevistados tinha seus rendimentos advindos de aposentadorias ou benefícios, eles poderiam se dedicar a outras questões, relacionadas com o território, como a prática rural, as quais se apresentavam de forma inerente à história de vida dos entrevistados. Nesse sentido, ouviram-se os relatos:

(A) “... eu nasci e me criei plantando batata, milho, lá na Lapa, na época dava plantação de batata...”.

O reconhecimento dessas práticas remete o simbolismo do rural, a identificação do sujeito a aquele meio.

(B) *“... eu gosto de plantar de criar, aprendi desde menina que morava na roça, aprendi com meus pais e eles aprenderam com meus avôs...”*.

(J) *“... nunca sai do sítio, muda pra lá pra cá, mais nunca abandonei, hoje tô nessa chácara lidando com os bichos...”*.

Para Caniello e Tonneau (2006), os saberes acumulado se constituem em um instrumento de legitimação de povos, por meio da sua cultura e apropriação de valores peculiares, passados de geração para geração, esses saberes duradouros são tão importantes quanto à inteligência crítica e o saber erudito.

Conhecimento que podem se perder de geração para geração como observado na fala da família:

(F) *“... a gente planta aqui e tenta ensinar os filhos, mas ninguém se interessa, ninguém quer aprender não...”*.

Essa transição de valores culturais do saber fazer rural talvez pareçam se perder ou se diluir pela proximidade ao urbano que traz outras culturais ou práticas de promoção da subsistência humana. A identidade do rural observada nas práticas das suas residências e a negação de transmitir o conhecimento parece ir ao encontro do que Carneiro (1998) escreve sobre o rural ser atrasado. À visão dualista, que opõe o “rural” e o “urbano” como duas realidades empiricamente distintas, e normalmente definidas uma em negação a outra, é dada com base em critérios definidos pelos paradigmas que associa o “rural” ao agrícola e ao “atrasado” e o “urbano” ao industrial e ao “moderno”.

Um discurso que não mais procede, pois o rural incorporou elementos urbanos, principalmente o acesso de bens materiais e de comunicação que proporcionam facilidades e conforto na vida cotidiana, como explica Wanderley (2000, p. 128):

A modernização da sociedade nos espaços locais/rurais tem como fundamento a crescente “paridade social”, isto é, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural e também crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que ainda é definido como “padrão de conforto”.

Ao Trata da espacialidade, os entrevistados reconhecem as transformações dos lugares, ou ainda, a “modernização”.

Família (A), *“... aqui era só um matão antes, agora tem casa perto, gente pra todo lado, tão fazendo rede de esgoto lá pra cima, tem energia elétrica é um bairro, já tem até asfalto aqui perto...”*

O entrevistado fala da energia elétrica e até da rua asfaltada próximo a sua propriedade o que gerou benefícios a eles, família entrevistada e também traz benefícios a população circunvizinha à sua propriedade.

O reconhecimento da espacialidade pela família (J) traz outra consideração, questionando sobre os documentos tratarem o local onde vivem como zona rural.

Família (J) *“[...] aqui tá meio bagunçado já. No documento é pra ser zona rural [...] porque no documento isso aqui tá como área rural, mais o pessoal compraram as chácaras e por si só foi vendendo tudo e dividindo os terrenos sem documento ...”*.

Nessas descrições elementos típicos da transformação do rural em urbano, conforme descreve Wanderley (2000): o rural é uma categoria em transformação, cujos avanços nas mais diferentes áreas causam uma redefinição das questões que envolvem o campo e a cidade, e que teriam resultado na emergência da ruralidade. Em outras palavras, o campo realizaria uma ressignificação de suas funções sociais, perdendo o caráter de antagonismo com o meio urbano, passando a estabelecer uma relação de complementaridade com as cidades.

As transformações e a espacialidade entre o rural e o urbano e a ruralidade não são percebidas por todos entrevistados, como aparece o discurso do entrevistado (J):

“... Acho que aqui é cidade né, tem a vila, na rural tem plantação aqui tem mais casas...”.

Com as possibilidades materiais e simbólicas de novos usos para o espaço rural, a noção de território não corresponde às delimitações físicas. A identificação territorial referencia representações e imagens que retroalimentam as relações sociais em territórios-redes. Apesar da importância de criar diferentes concepções

de território, Haesbaert (2007) destaca a necessidade de adotar uma perspectiva integradora do território, ou seja, “um espaço capaz de integrar de forma coesa as múltiplas dimensões ou lógicas econômicas, política, cultural, natural” (HAESBAERT, 2007, p. 75).

Não é incomum que regiões político-administrativas reúnam diversos territórios, com identidades territoriais diferenciadas, demonstrando que a localidade requer reconhecimento das diversas fronteiras e sociabilidades entre os atores sociais que dividem os mesmos espaços físicos (CARNEIRO, 2012). Nesta direção, a mobilidade existente entre os espaços rurais e urbanos desses balneários tornaram suas fronteiras de delimitação flexíveis, ou seja, o trânsito entre localidades rurais e entre estas e o urbano formam uma interação complexa entre ruralidades e “urbanidades”.

Marques (2002) chama a atenção para, duas abordagens: a dicotomia e o *continuum* de campo e cidade. Na abordagem dicotômica o campo se opõe a cidade, já na abordagem do *continuum* a industrialização aproximaria o campo da realidade urbana.

A abordagem dicotômica apresenta distinções, elementos aqui expostos e sintetizados que contribuiriam para classificar o rural e o urbano:

As diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando à área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação; e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração (MARQUES, 2002, p. 100).

Porém, na abordagem do *continuum*, este admitiria maior integração entre cidade e campo através de diferenças de intensidades e não de contraste. Não existiria uma nítida distinção, entretanto também seria dual por apoiar-se na ideia da existência e pontos extremos de uma escala de gradação (MARQUES, 2002).

Para Wanderley (2001), o conceito de *continuum* é utilizado em duas vertentes. A primeira seria centrada no urbano, sendo este fonte de progresso,

enquanto o polo rural seria expressão do atraso, estando fadado à redução pela expansão do urbano. Juntamente com a teoria da urbanização do campo, esta interpretação do *continuum* traduziria o fim da realidade rural. A segunda vertente do *continuum* para a autora seria aquela que aproxima o rural-urbano, sendo que mesmo com a aproximação de suas semelhanças, suas peculiaridades não desaparecem, sendo então reafirmada a existência do rural.

Nesse entrelaçado espaço onde se desenvolveu a pesquisa se identificou a manifestação rural que vem sendo exercidas ao longo do tempo pelas famílias entrevistadas, tais práticas se traduzem nas hortas encontradas em seus quintais, nas criações de animais para consumo ou lazer e na expressão simbólica com que falam de suas origens, como relata a família (D) “... *eu me criei plantando soja, milho trigo aprendi com meus irmãos e com o pai [...] meus filhos também gostam, nos terrenos deles também tem...*”.

Para Carneiro (1998), o desaparecimento da linha entre o rural e o urbano estaria, portanto, diretamente associado à ideia de descaracterização, do que a autora chama de “cultura camponesa” ou “racionalidade camponesa”. Desta forma, as relações sociais e as organizações sociais se disporiam em um continuum entre dois eixos que variariam apenas de intensidade, do mais ao menos urbano, e não mais de natureza.

No entanto, tais considerações aqui apresentadas nos encaminham para o questionamento dessa abordagem. Os argumentos levantados nos orientam na direção de considerar a ruralidade não mais como uma realidade empiricamente observável, mas como uma representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidas à produção agrícola (CARNEIRO, 1998). Neste sentido temos a família (K) que durante a entrevista revelou não ter uma raiz familiar rural, mas que realiza a prática do cultivo por uma lógica de aproximação com a natureza: “... *nunca moramos no sítio, meus pais eram da cidade, mas eu gostava de lidar com as flores, de mexer com a terra, me faz um bem só...*”.

Pode-se observar, então, o caminho de mão dupla que se encontra a ruralidade, que pode ser levada para o meio urbano através de seus simbolismos, costumes e práticas. Assim também pode ser buscada e incorporada a valores

urbanos que buscam o lazer, a paisagem e o contato com a natureza como explica Carneiro (1998, p. 55):

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. Sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neoruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou, mesmo, como opção de residência.

Contudo, a autora não acredita que aconteça uma homogeneização redutora da distinção entre o rural e o urbano a um continuum dominado pela cena urbana. De modo que, para Carneiro (1998), não se pode falar de ruralidade em geral, já que ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos.

Identifica-se na análise uma característica marcante da globalização, o antagonismo social produzindo diferentes identidades, algo intenso no cenário atual. Em outras palavras, a ida ao campo reflete a pluralidade de posições identitárias como processo de construção. Tem-se, então, um processo identitário em formulação, diante do que é possível afirmar, também, uma recombinação cultural, já que agora existe uma combinação de sistemas culturais aparentemente autônomos.

Com base na apreciação apresentada, quando observamos a globalização do final do século XX, percebemos que as pessoas já não são identificadas, segundo Hannerz (1997), como pertencentes a um lugar específico. Isto acontece porque elas são influenciadas por diversificadas correntes culturais que as res-significam em si mesmas. Em outras palavras, é a cultura movendo-se, como assegura Hannerz (1997, p. 18):

À medida que a cultura se move por entre correntes mais específicas, como fluxo migratório, o fluxo de mercadorias e fluxo da mídia, ou combinações entre estes, introduz toda uma gama de modalidades perceptivas e comunicativas que provavelmente diferem muito na maneira de fixar seus próprios limites, ou seja, em suas distribuições descontínuas entre pessoas e pelas relações.

Nota-se que a cultura da ruralidade apresentada pode ser entendida como um processo constantemente em curso, influenciando relações, outras culturas, a economia, a política, também experiências pessoais, dentre outros aspectos. Trata-se de um processo pluralista, o qual deve levar em conta variações na forma cultural em questão (HANNERZ, 1997).

Outros entrevistados também descrevem transbordamento da ruralidade onde vivem.

Entrevistado (J) “[...] aqui tem cavalo, porco, peru, galinha, tem uns patos, uma hortinha ali, tinha uns cabritos, mas agora só to com dois, aqui já tive vaca, vaca boa de leite...”.

Na FIGURA 03 apresenta atividades rurais sendo desenvolvidos no balneário Albatroz, revelando a resistência em meio à cidade de abandonar a identidade rural.

FIGURA 03 - CRIAÇÃO DE ANIMAIS NO BALNEÁRIO ALBATROZ



FONTE: O autor (2018)

Percebe-se a intrínseca relação das famílias com o mundo rural que se representa por suas práticas, mesmo com o fato de terem se aproximado do meio urbano em busca de oportunidades que nem sempre são alcançadas. Fato interessante é perceber o saudosismo com que falam dos tempos idos onde, parece ter ficado no passado a prática rural mais palpável, talvez pelo fato da paisagem e das relações que se constroem com a proximidade das pessoas naquele território, ainda em constante transformação. Família (B) *“... era muito bom quando morava lá no sítio, acordava cedo e já saía lidar com os bichos, tirar leite, matar porco, tinha carne fresca sempre, aqui tudo tem que comprar...”*.

As famílias praticantes desta ruralidade devem ser enxergadas como sujeitos de uma complexa questão da relação rural-urbana e a sua manifestação nestes espaços, pois são reveladas “visões de mundo” de valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, diante disto, sujeitas a reelaborações e apropriações diversas (CARNEIRO, 1998, p.60). Deste modo não há sobreposição de imaterialidades entre o rural e o urbano, o que se pode aferir é existe na verdade uma combinação de práticas que não obedece as disposições generalistas, pois, variam no tempo e no espaço e estão ligadas e sujeitas à realidade do praticante.

6.1 IMPORTÂNCIA DA RURALIDADE

Neste item discutiremos a ruralidade e sua importância nos balneários Albatroz e Inajá, ambientes estes que destoam da paisagem do campo e se aproximam de uma paisagem mais urbana. A pesquisa constatou que os entrevistados acreditam que exercer a atividade rural é de fundamental importância, pois estão se ligando as suas origens.

As práticas de pequenas hortas e criação de animais são reconhecidas pelos entrevistados como conhecimento herdado dos pais, o que para eles é valorizado, também é reconhecida como uma forma de ocupação do tempo, como uma atividade prazerosa por produzir o próprio alimento, uma atividade que traz satisfação por acreditar que produz alimentos mais saudável; uma ponte que trás recordações familiares e sociais; como sendo uma prática que proporciona a troca

de saberes; como uma atividade capaz de mudar a paisagem; atividade que gera trocas e comércio; e que em uma escala micro é geradora de renda.

A importância da atividade agrícola, que remete ao passado, foi recorrentemente observada entre os entrevistados mais velhos “... *quando tô mexendo na horta eu me lembro do pai e da mãe indo colher alface, mandioca e verdura...*”, família (A). “... *mexer com os bichos me lembra quando trabalhava com o pai tirando leite lá no sítio...*”, família (C) e a família (F) também traz seu relato “... *o pai levantava cedo lidar com a criação e a mãe levava a gente pra ajudar na roça desde pequeno...*”. Falas como esta demonstram que prática mantém viva lembranças, os valores e os saberes do campo que foram incorporados pelos entrevistados.

Segundo Carneiro (1998), ao se ter um indício de uma realidade, o subjetivo, visões de mundo e valores de acordo com o universo simbólico, poderá ser constatado. Neste sentido, cada entrevistado apresentou uma resposta do por que realizava atividades rurais e o quanto ela era importante.

Segundo, o entrevistado (J) “... *não tem preço estar em contato com a natureza [...] é muito bom a gente se sente bem...*”,

O entrevistado (K) revelou que “... *é bom porque a gente tá sempre trocando mudas com os vizinhos, sempre tem gente aqui pegando um chá...*”.

As motivações para exercer a atividade de cada entrevistado são diferentes, o que segundo Trindade (1996, p.47) decorre do conhecimento, de suas experiências, de suas relações com a realidade, de sua inserção social e de sua apreensão e interpretação da realidade.

Carneiro (1998) chama a atenção das transformações que sofrem as atividades rurais exercidas no campo, quando passam a ser exercidas na cidade, que passam a denominar de ruralidade:

Pensar a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a re-apropriação de elementos da cultura local a

partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade.

A atividade rural, exercida através da produção de alimentos, para os entrevistados era realizada para o próprio consumo, com exceção de dois entrevistados que exerciam a atividade com o intuito de comercializar o excedente.

Entrevistado (K) *“... você pode ver. você faz uma salada de couve tirada do pé aqui [...] compra uma couve lá mercado, pra você ver, como o gosto é diferente, totalmente diferente...”*. Pode-se observar na FIGURA 04, o cuidado com o cultivo, pequenas hortas estão podem ser encontradas nos quintais das casas revelando o potencial de produção das famílias.

FIGURA 04 - PARTE DE CANTEIRO DE ALFACE NO BALNEARIO INAJÁ



FONTE: O autor (2018)

O cultivo de alimentos em perímetros urbanos, para Ferreira (2013), incide na oportunidade de produzir e consumir alimentos saudáveis, bem como na recuperação de áreas ambientalmente degradadas. Esses cultivos consubstanciam com para a sustentabilidade urbana e periurbana. Agricultura Urbana é uma expressão, para Mougeot (2000, p. 07), como “qualquer outra, que necessita estar

sempre sendo repensada a partir das necessidades que se cria com as experiências conectadas ao mundo real”.

Ainda sob a mesma ótica, Machado e Machado (2002) referem-se a AUP como práticas relacionadas à produção de alimentos e conservação de recursos naturais dentro dos espaços urbanos ou na sua periferia, como estratégia de fornecimento de alimentos, segurança alimentar, emprego e renda.

Quando questionados sobre o consumo dos alimentos produzidos por eles, os entrevistados foram categóricos em dizer que frequentemente faziam uso.

Entrevistado (B) *“... aqui no galinheiro tem ovo todo dia, a mulher bate um bolo, faz frito sempre inventa uma coisinha...”*.

Entrevistado (J) *“... aqui a gente planta um pouco de tudo, nunca falta uma salada pra gente aqui...”*.

Como argumenta Carneiro e Maluf (2003), a atividade agrícola não pode ser só entendida como pura e simplesmente um setor econômico que privilegia a família dos agricultores. Em suas complexas relações com a natureza e a sociedade se moldam formas particulares de produção e reprodução social (CARNEIRO & MALUF, 2003).

Neste sentido, as formas com que as famílias entrevistadas se portam em suas atividades rurais, demonstram o empenho em manter vivas as referências culturais e sociais que envolvem a ruralidade. Leff (2009) lembra a importância da adoção de estratégias de desenvolvimento que valorizem em primeiro lugar o local em detrimento do global, ao considerar e valorizar o patrimônio material e imaterial.

A importância de valorizar o trabalho rural e suas transformações que se adaptam conforme o local praticado pode fortalecer o debate sobre a ruralidade, onde os sujeitos que a praticam estão intrinsecamente ligados às tradições, culturas e relações sociais, como por exemplo, a satisfação em consumir o produto que ele mesmo cultivou ou criou e não está ligada apenas a uma lógica econômica, ou seja, em produzir necessariamente para a comercialização.

O consumo dos alimentos produzidos pelos entrevistados gera tamanha satisfação que todos afirmam categoricamente que seus alimentos são muito mais

saudáveis, em relação aos que são comercializados em mercados ou armazéns de hortifrutigranjeiros. Neste sentido verificou através das falas que a prática de cultivar alimentos segue uma lógica de produção orgânica, desta forma não agredem o ambiente e também não causam contaminação por agrotóxicos aos produtos que serão consumidos.

De acordo com Caporal e Costabeber (2004), a prática do cultivo orgânico é um estilo de agricultura menos agressiva ao meio ambiente. Este mesmo autor ainda acrescenta que a agricultura orgânica responde à demanda social de produção sustentável de alimentos.

A pesquisa não teve como objetivo avaliar se os alimentos produzidos eram mais ou menos saudáveis, nem comparar se eram mais ou menos saudáveis em relação aos comercializados, no entanto segundo as falas dos entrevistados.

Entrevistado (H) *“... mais claro que é, toda vida mais saudável, eu não coloco veneno nada...”*.

Entrevistado (A) *“... mais toda vida, não coloco produto químico nenhum, o gosto é bem diferente daquele que a gente compra...”* expressões como esta leva a crer que, o cuidado com a forma de se cultivar e produzir alimentos por esses entrevistados torna os produtos por eles consumidos, muito melhor do que os ofertados nos espaços de comercialização.

A prática da agricultura urbana, de acordo com Machado e Machado (2002) oferece segurança alimentar e nutricional, diversifica a dieta e os hábitos alimentares, valoriza os cultivos nativos com alto valor nutritivo e melhora a disponibilidade de alimentos frescos, ricos em micronutrientes. A produção e consumo de alimentos saudáveis, o contato com a terra, bem como a recuperação de áreas ambientalmente degradadas são benefícios que contribuem para a importância da atividade rural para a sustentabilidade de áreas urbanas e periurbanas, pois parte da produção possui base ecológica, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, promovendo também trabalho e renda nas cidades.

Por esta ótica entende-se que é necessário promover tais práticas, pois, elas oferecem vantagens aos praticantes e aqueles que usufruem mesmo que de forma

mais distante do mundo rural. Para Abramovay (1992), as áreas que realizam esta atividade contribuem para o desenvolvimento econômico-territorial, tanto dos espaços urbanos, periurbanos e dos rurais. Mougeot (2000) retrata que a prática dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos, onde ocorre o cultivo, produção e processamento, fortalece a distribuição de produtos alimentícios, utilizando largamente os recursos humanos e materiais encontrados na área urbana, e, por sua vez, oferece, produtos e serviços para a mesma.

Conforme Sachs (2000, p. 86), “a sustentabilidade territorial seria viabilizada pelo equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais”, portanto, compreende-se que à agricultura urbana e periurbana esteja dentro do contexto social no qual os praticantes se inter-relacionam dentro de um território. Esta percepção sobre a realidade encontrada pode ser entendida como uma forma com que o sujeito (praticante da ruralidade) vê o mundo à sua volta, o modo segundo o qual ele constrói em si as representações e o conhecimento que possui das coisas, pessoas e situação, ainda que, por vezes, seja induzido em erro. É um produto sensório (COSTA & COSTA, 2013).

A partir dessa preocupação, com o sujeito que exerce a prática rural a partir dos conhecimentos adquiridos no decorrer da vida e a forma como ela contribui para o desenvolvimento ainda que localmente, aponta para uma compreensão de como a modernidade e mais recentemente os processos de globalização vividos nas últimas décadas impactaram nas sociedades como a brasileira (SANTOS, 2002) e como estas se adaptaram às pressões e mudanças de correntes das novas relações entre o local e o global. Este processo gerou uma transformação do rural e do local, agora vistos como capazes de pensar e promover o seu próprio desenvolvimento.

Pela ótica de pensamento que envolve o desenvolvimento de um território não é possível ignorar o econômico, esse implícito na atividade produtiva rural, e na ruralidade, ainda que para o consumo. Neste contexto, identifica-se pela ruralidade a existência de economias.

As atividades rurais se mostram ferramentas estratégicas que auxiliam na promoção de populações urbanas para seu próprio sustento, tornando-se instrumento para suprir carências alimentares ou reduzir gastos com alimentação. A atividade rural desenvolvida pelos entrevistados contribui no sentido econômico.

Entrevistado (D) *“... aqui eu pouco gasto com verdura e fruta, gasto com outras coisas no mercado, o dinheiro é sempre curto, mas aqui tem quase tudo...”*.

Não foi possível quantificar o quanto as famílias entrevistadas conseguem economizar com a atividade rural, no entanto, foi possível verificar que as famílias conhecem o que economizam.

Entrevistado (F), *“... não sei dizer o quanto a gente economiza no mercado, mas se eu quero uma banana tenho aqui, couve e cebolinha a gente nem compra têm aqui, quando quero comer uma carne eu pescoceio um franguinho...”*.

Os entrevistados não mensuram em valores monetários o economizado com a produção, mas o dinheiro está presente, ainda que de forma oculta, fazendo parte da atividade rural, independente das motivações. Segundo Santos (2001, p. 96), “O dinheiro é uma invenção da vida de relações e aparece como decorrência de uma atividade econômica para cujo intercâmbio o simples escambo já não basta”. O dinheiro é, para o autor, “fruto das especializações produtivas e da vida econômica se torna complexa, o dinheiro acaba sendo indispensável e termina se impondo como um equivalente geral de todas as coisas que são objeto de comércio” (SANTOS, 2001, p. 96). Neste sentido pode-se entender que o dinheiro é parte, de um dado do processo, que facilita o seu aprofundamento, já que ele se torna representativo do valor atribuído à produção e ao trabalho e aos respectivos resultados.

No entanto, não é possível medir qual a representatividade ou o peso que a atividade rural contribui na renda das famílias entrevistadas, mesmo as duas famílias identificadas que vendem o seu excedente. Talvez o processo de construção da identidade rural como sendo representada por muito tempo como atrasada e considerada como atividade basicamente braçal, tenha influenciado na percepção do sujeito em valorizar, monetariamente, o seu trabalho e a sua produção.

A atividade rural encontrada nos balneários Albatroz e Inajá, não gera emprego, essa prática rural parece querer manter viva a relação com a natureza, com a tradição rural e com ter o privilégio de produzir o próprio alimento. A atividade rural exercida por duas famílias busca a geração de renda através da venda de

excedentes. Esta atividade que não requer mão de obra qualificada nem grandes investimentos para a sua instalação.

A manifestação da ruralidade, segundo os entrevistados, é percebida na comunidade, sendo algo bom.

Entrevistado (J) *“... a turma aqui acha os bichos tudo bonito, vivem trazendo as crianças aqui pra ver as galinhas, os patos, passar a mão no cavalo...”*.

Entrevistado (G) *“... Aqui por perto todo mundo me procura pra saber como plantar uma coisa ou outra, a vizinha sempre vem me pedir uma cebolinha ou uma folha de chá...”*.

Os autores Wanderley e Carneiro (2005) apontam que, a troca simbólica é uma característica na relação entre os ambientes rurais e urbanos, sendo um processo de revitalização das localidades. A população urbana valoriza a natureza, a tradição, bens simbólicos, quanto ao rural esta população tende a valorizar os bens materiais produzidos no meio urbano. Com base nas atividades que desenvolve o sujeito executa se reconhece e se torna um ator singular dentro da sociedade onde atua.

A dinâmica do rural brasileiro, relatada por Kageyama (2008), destaca a diversidade de ocupações, o que o constitui com um ambiente dinâmico com baixa ou alta densidade populacional, com atividades agrícolas, pecuárias, de educação, de turismo, entre outras. Porém, um lugar com relações de vizinhança e de parentesco, com controle social comunitário.

Para tanto, é necessário compreendermos que o rural não é mais o agrícola, é o campo, uma paisagem rural associada à natureza, à memória de uma sociedade camponesa, um patrimônio a preservar (LIMA, 2005). Cai, portanto, a lógica de produção e vem à tona a da qualidade de vida. *“... aqui tenho quase tudo, se for depender de comprar a gente não aguenta, se não tenho aqui um ou outro vizinho tem, é só pedir pra eles...”*, família (K).

Para Carneiro (1998), a expressão da ruralidade é um processo dinâmico de constante reestruturação de elementos da cultura local, com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas, decorrentes de novas relações. O constante

movimento realizado pelos entrevistados em se dispor a exercer a atividade rural, demonstra o quanto podem ser reconhecidos, não apenas pelo que produzem, mas pelas suas atitudes perante o mundo a sua volta, que esta na forma de se relacionarem e no olhar sobre o local, portanto essa representação indica a ligação com a ruralidade tornando essas famílias referências em suas comunidades.

6.2 ELEMENTOS PROMOTORES E INIBIDORES DAS PRÁTICAS DE RURALIDADE

A fim de identificar as práticas do rural no cotidiano das famílias, e a relação da atividade com o local se estabeleceram, questionamentos que aqui serão explanados.

A visão do outro, de acordo com Santos (1993), pode ser observada pelos movimentos de apoio e incentivo, bem como de indesejado e fora de contexto por parte de um grupo do mesmo local (lugar material da possibilidade dos eventos). Nesse sentido, a promoção e desestímulo as práticas da ruralidade nos balneários será analisada a partir do discurso dos entrevistados.

A atividade rural realizada nos balneários Albatroz e Inajá, segundo os entrevistados, é vista pela comunidade como uma prática que melhora o local.

Entrevistado (B): *“... os vizinhos acham bom, porque o meu terreno fica limpo e cuidado. Eles até vêm pedir um chá ou umas folhinhas para por na comida...”*.

O incentivo a produção se dá pela demanda ou doação da produção aos vizinhos, uma relação de troca, que segundo Lima (2005), comprovam elementos do rural em espaços urbanos. Objetos e ações característicos do rural se incorporam no conviver da ruralidade.

A atividade rural, de acordo com Marques (2002), contribui com a mudança de paisagem, sendo um benefício à comunidade, junto à conformação menos agressiva que concede à estética do local, Marques (2002) ressalta que as possibilidades de desenvolvimento de qualquer comunidade rural está conectada, aos laços que ela tem com centros urbanos, particularmente com as cidades de sua própria região.

Entrevistado (K) *“... é muito bom mexer com a terra, a gente se distrai, sempre tem um vindo aqui perguntar se tem isso ou aquilo, pra por no tempero, e a gente passa o tempo conversando...”*.

A interação decorrente da ruralidade cria vínculos sociais no local, aproxima pessoas, proporciona a troca de produção e também permite a trocas distintas, em certa medida, da visão de mundo rural que passa a ser compartilhada com seus integrantes e, podem ser comparadas, criando novas alternativas. E também, estes modos de vida poderiam se adaptar a identidades sociais específicas que permitiriam com que esses ambientes sociais identificados como “rurais” pudessem ser vistos como constituindo o que, por exemplo, Wanderley (2000) chamou de “ator coletivo”.

A pesquisa revelou que as famílias entrevistadas não recebem incentivos para tal prática, o que não impede com que a atividade continue sendo realizada na área estudada. Por se tratarem de locais que ainda apresentam transformações em diversos aspectos, como sociais, estruturais e políticos, os balneários Albatroz e Inajá expõem um retrato dessa atividade rural que se aproxima da realidade da agricultura urbana e periurbana, a qual também pode ser encontrada em outras regiões com áreas urbanas já consolidadas.

O aparente retrato dessa manifestação de ruralidade encontra apoio apenas entre as famílias que a realizam, embora a agricultura urbana e periurbana possibilite ter um olhar mais amplo sobre o território no qual ocorrem tanto na área ambiental e econômica de forma mais abrangente, quanto na discussão de temáticas como a segurança alimentar, representada com o aumento da quantidade e variedade de alimentos disponibilizados para a população que pratica esta atividade. Se de fato é verdade que a agricultura urbana interage com diversas facetas do desenvolvimento urbano, então é fato que ela pode nos auxiliar a diversificar e fortalecer as estratégias de gerenciamento urbano (MOUGEOT, 2000).

É importante lembrar que o tema da agricultura urbana é apresentado por Mougeot (2000, p. 08) como,

(...) a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua

vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana.

A disseminação de uma ideia mais elaborada e sistemática de agricultura urbana e periurbana sobre essas manifestações rurais podem apresentar um momento importante, no sentido de permitir uma articulação desta gama de movimentos a uma estratégia mais ampla. Uma pela troca de experiências que possibilite a partir das próprias lógicas de cada ação de ruralidade a convergência de todos em um processo de associação que tende a contribuir para a construção de alternativas de desenvolvimento local.

Entre as barreiras da agricultura urbana nas localidades pesquisadas: uma delas é o acesso às mudas de hortaliças e de árvores frutíferas que, segundo os entrevistados, só há um local próximo a eles que revende esse tipo de produto.

O local referido é um comércio de floricultura que atende àquela região, segundo a família (A): *“... Ah! Não é muito fácil conseguir mudas aqui. Se a gente quer uma muda de almeirão ou couve, tem que encomendar lá na floricultura, que eles trazem pra gente...”*.

Da mesma forma, a família (E): *“... Dependendo do pé de fruta que você quer, não tem lá (floricultura), aí tem que conseguir em outro lugar...”*.

A dificuldade em se conseguir mudas e sementes gera um desincentivo em duas frentes: uma situacional, causada pela dificuldade de se ter disponível no momento desejável a semente ou as mudas; e a outra, é entendida como econômica, onde para se conseguir o produto desejado é necessário um investimento financeiro, que nem sempre está disponível às famílias entrevistadas,

Entrevistado (I), *“... lá (floricultura) não são muito barato as coisas, porque, veja, tem que comprar as mudinhas, tem que comprar terra pra por e nem sempre a gente tá com dinheiro...”*.

No caso das propriedades que além de cultivarem algum tipo de horta ou pomar, mas que também contam com a criação de animais as dificuldades parecem semelhantes. Os animais como, porco, cabra e até mesmo vacas foram comprados fora do município de Matinhos, geram gastos ainda maiores de transporte, além de cuidados específicos, como vacinas, que, segundo o entrevistado (B) dependem de um único aviário próximo a eles.

Entrevistado (B): *“... trouxe os meus bichinhos lá de Paranaguá, paguei o frete e não é barato [...] no aviário tem remédio, mas é mais pra cachorro, gato e galinha; vacina mesmo tem que encomendar...”*.

O acesso aos insumos da produção rural se mostram frágeis no local, dificultando ou deixando de fortalecer a prática rural. Outro fator desestimulante à prática rural nos Balneários foi a falta apoio técnico via instituições públicas, no caso a Prefeitura de Matinhos, para orientação.

Entrevistado (G): *“... a gente foi atrás lá na prefeitura, atrás de alguém que entendesse de horta pra ajudar a gente, pra melhorar a terra; aqui é muita areia e pouca terra...”*

A dificuldade de auxílio técnico os leva a buscar apoio com conhecidos que também exercem a atividade. Segundo a família (E) *“... aqui não tem gente que entenda mesmo, que possa dar uma dica de como fazer pra melhorar as hortinhas, tem que sair perguntando pra um e pra outro...”*.

As dificuldades, de acordo com Gorz (2005), acabam por proporcionar a interação com o outro que também se realiza, criando mecanismos para solucionar os problemas. Conforme Gorz (2005, p. 62),

A fonte da riqueza é a atividade que desenvolve as capacidades humanas, a saber: o “trabalho” de produção de si que “os indivíduos” - cada um e todos, cada qual nas suas trocas multilaterais com os outros - realizam sobre si mesmos.

A relação com o outro faz com que haja compartilhamentos de conhecimentos, mostra-se benéfico à comunidade, fortalecendo vínculos sociais, o envelhecimento daqueles que praticam a atividade rural dos balneários parece constituir-se em um mais dos problemas para a atividade, especialmente pelo desinteresse dos filhos pelas práticas rurais.

Entrevistado (A): *“... Ah! A filha trabalha direto, o filho lá não tem espaço, lá eles calçaram tudo, daí não tem espaço pra plantar e minha nora não é muito nem de flor. Esses tempos queria dar umas flores pra eles, ela não quis, disse que não tem tempo ...”*.

Outro fator que dificulta a ampliação ou a continuidade da atividade rural é a busca pelo emprego e renda. Percebe-se que, mesmo com a atividade rural sendo reinventada e adaptada conforme o local há uma constante perda dos jovens para outras atividades não rurais. Neste sentido, parece haver uma necessidade de

elaboração de políticas públicas que objetivem tornar a agricultura urbana mais atrativa aos jovens e familiares e que também seja capaz de elevar a contribuição econômica para as famílias e o mercado.

Outros problemas que se apresentam para a realização da prática rural, esta ligada ao tamanho da área necessária e outro falta segurança como relatado a seguir.

“... eu tinha vacas aqui, tirava leite e vendia, mas como meu pasto é pouco, eu deixava os bichos soltos, aí eles iam lá pras bandas de cima e a turma começou a reclamar, e a fiscalização veio aqui pedir pra eu dar um jeito nos bicho. Até que um dia me roubaram um garrote. Depois disso, vendi tudo...”.
Entrevistado (J).

Essa fala apresenta dois problemas: onde um faz referência à espacialidade, que é necessária para a criação de animais maiores; e o outro, ao território com relação à segurança, sendo este uma questão mais vinculada à administração pública, que não é o objetivo desta pesquisa, mas que de alguma maneira abrange o processo de estruturação urbana.

O problema que se refere à criação de animais maiores não impediu que a família (J) readaptasse sua atividade rural, trocando os elementos que compunham a sua criação: *“... agora tenho uns cabritos aqui; é mais fácil de cuidar, exige menos cuidado...”*. Neste caso, considerando a entrevista como um todo foi possível verificar que essa readaptação se fez necessária para a complementação da renda da família.

A busca por manter a atividade, mesmo que readaptada a uma nova condição é vista, por Abramovay (2000, p. 6), como uma estratégia econômica: “Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas” (ABRAMOVAY, 2000, p. 06). Este olhar encontra força nas atividades desta família que depende em grande parte da renda que a prática rural traz.

Por outro lado, as outras famílias entrevistadas não tiveram que parar com nenhuma prática, talvez pelo fato de exercerem outro tipo de atividade rural que chama menos a atenção do local como as hortas.

Observa-se também, que parece haver a espera de algum tipo de vantagem imobiliária, já que se trata de uma localidade próxima a praia e por isso à valorização dos terrenos na medida com que cresce a urbanização da região. Segundo a família

(D) *“... o lugar aqui é bom de morar é tranquilo e tá crescendo, daqui um tempo se os filhos não quiserem da pra pegar um bom dinheiro pela casa...”*.

Essa possibilidade de venda dos terrenos onde é uma prática rural dada pela extensão das propriedades não mais vistas com potencial produtivo, de onde poderiam obter rendimentos imobiliários, (CARNEIRO, 1998).

Mesmo com a pertinência de dificuldades variadas, alguns entrevistados reconhecem a possibilidade de aumento de produção em terrenos alheios, enquanto outros, fechados por muros, possibilitam as práticas rurais.

Entrevistado (I) *“... seria bom se os donos desses terrenos baldios deixassem a gente fazer uma horta, pelo menos ia ficar limpinho...”*.

Há a possibilidade de se aumentar a produção de alimentos ou de atividades rurais no território que como podemos observar também é percebida pelos entrevistados. Isso parece ser uma vantagem no local, pois este apresenta um estágio de formação urbana, por isso, apresenta ainda muitos espaços vazios.

Incentivar a ruralidade presente nos locais onde foi realizada a pesquisa parece ser um caminho atrativo para a ocupação dos espaços. Todos os entrevistados relataram que gostaria que essas práticas fossem potencializadas de diversas formas, como por meio da assistência técnica, disponibilização de áreas para produção comunitária acesso, a sementes e mudas, e apoio do poder público.

Observa-se que há uma necessidade do poder público ser mais atuante nos balneários em análise, embora o foco do estudo não tenha sido a atuação do mesmo sobre o território. A menção do poder público se faz presente em vários momentos nas falas dos entrevistados, *“... aqui não vem ninguém (prefeitura) ajudar...”*, família (J). É importante que o poder público amplie sua atuação no território de forma a enxergar essa temática como possibilidade de se desenvolver estratégias urbanas para a produção de alimentos, já que existe uma forte interação do vínculo da agricultura urbana com a rural, os sistemas urbanos de abastecimento, o desenvolvimento urbano sustentável, a segurança alimentar, as estratégias de sobrevivência urbana e o manejo de solos urbanos (MOUGEOT, 2000).

Por fim, incentivar a ruralidade parece ser uma estratégia de enfrentamento de problemas socioeconômicos e ambientais ainda presentes na localidade, levando a crer que a promoção desta prática pode incluir desde grupos de mesmo interesse até projetos de extensão universitária, aproximando essas famílias de outras

abordagens que possam promover de forma significativa e benéfica a manifestação da ruralidade.

6.3 ASSOCIAÇÃO DOS ELEMENTOS DE ANÁLISE

A fim de construir ligações entre os temas abordados nesta análise, este tópico lança um olhar de forma ampla sobre as linhas de pensamentos que ajudaram a construir o capítulo.

As relações que são construídas pelos três eixos – traços e simbolismos da ruralidade; a importância da ruralidade; e elementos promotores e inibidores das práticas rurais – norteadores da entrevista, serviram para o entendimento do local onde a atividade se manifesta.

A discussão feita aqui está em um contexto de misturar os planos, rural e urbano, ou seja, várias identidades em constante interação, comportando aí a posição identitária de um novo rural. A prática rural encontrada expõe um cenário que, por vezes, passa despercebida, pois, em grande parte se apresentam em segundo plano frente a todas as dinâmicas locais do território. As relações que são construídas com a questão da ruralidade são intrínsecas aos participantes da pesquisa, que ao longo de suas vidas aprenderam e praticaram a atividade de acordo com os seus “saberes”, Segundo Gorz (2005, p. 32), “o saber é aprendido quando a pessoa o assimilou ao ponto de esquecer que teve de aprendê-lo”, desta forma o encontrado é um reflexo de atividades que já eram exercidas, ainda que de outras formas, com outros objetivos e constância, mas que ainda se faz presente no cotidiano destas famílias como evidenciado pela família (A) “... a agente aprendeu vendo os pais fazendo, não tem segredo é só por a muda no chão, aguar e cuidar para os bichos não comerem...”.

Ademais, a atividade rural apresentada serve de base para a discussão dos limites do urbano e do rural deste território, uma vez que para esta localidade onde foi realizada a pesquisa essas concepções devem ser diluídas entre si. Portanto as concepções tradicionais que se referem ao rural como o local do atraso e da rusticidade e do urbano como o lugar do progresso e da modernidade, não podem ser tidas como representações absolutas desses espaços. Rua (2006) ressalta que o rural está integrado às transformações do momento atual de (re)-organização do

espaço pelo capitalismo, ele permanece como tal, mas recriando e integrando novas lógicas.

Observa-se na pesquisa realizada esse processo de reorganização do território citadino, aponta a família (K) “... *aqui a gente usa o terreno para plantar assim a gente vai usando e se precisar construir a gente muda...*”. A narrativa apontada uma perspectiva territorial já que se tem uma atividade da neoruralidade que se move conforme as necessidades vão se apresentando, o que pode limitar a análise sobre as reais necessidades do local, onde se encontra esta atividade, a qual muitas vezes, recebe apenas uma limitada ação política e setorial, que possam atenuar a relação do rural com o urbano.

Assim como aponta Veiga (2002), que as cidades oferecem muitas oportunidades, que houve uma busca das famílias entrevistadas de acessos por comodidades que estão diretamente ligadas a áreas urbanizadas:

A cidade, seja qual for a sua dimensão, oferece equipamentos e serviços que facilitam muito, tanto a vida cotidiana das pessoas quanto o funcionamento das empresas. Do transporte às telecomunicações, passando por serviços públicos essenciais como saneamento, energia, educação ou coleta de lixo, é óbvia a superioridade da intra-estrutura urbana sobre o rural. (VEIGA, 2002, p. 60-61).

Por esse olhar que apresenta vantagens de infraestrutura, a maioria dos entrevistados apontava para suas localidades como sendo uma área muito mais próxima do urbano do que da área rural. Segundo a família (K) “... *aqui tem mercado perto o ônibus passa ali em cima, postinho é perto...*”.

Chama atenção essa perspectiva das famílias sobre a localidade que mesmo apresentando paisagens, atividades e comportamentos típicos rurais que são desenvolvidas no cotidiano, a ideia que o urbano deve ser melhor que o rural ainda esta impregnada no imaginário da maior parte destas famílias.

É preciso desconstruir a dicotomia ainda existente entre o urbano e o rural. O olhar lançado sobre este território procurou trabalhar de forma a unir essas duas concepções e produzir um conhecimento que pudesse trazer os elementos que se misturam diante da realidade que se apresenta. Elementos do rural e do urbano estão imbricados constantemente, segundo Veiga (2002), “os perímetros urbanos de muitos municípios engolem plantações, pastos e até imensos projetos de irrigação”.

Esses limites são constantemente invadidos um pelo outro e pode ser visualizado no local de pesquisa.

A presença de hortas e criações de animais dividindo espaço com um número maior de moradores onde, o local já apresenta espaços divididos em lotes e terrenos para moradia, ruas já asfaltada, acesso a energia elétrica e água encanada em grande parte dos balneários leva a maior parte dos entrevistados a acreditarem pertencerem ao “mundo urbano”. Há, portanto uma contradição gerada pela ideia de que os elementos apresentados devam pertencer exclusivamente a um ambiente urbano, mesmo com as práticas rurais sendo exercidas de forma contínua e se entrelaçando no mesmo território como uma forma multifuncional.

Para tanto, essa multifuncionalidade do rural, assim como suas afinações, e mostram como uma perspectiva positiva de desenvolvimento do meio em destaque, a saber, segundo Abramovay (2000, p. 06):

Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. [...] Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessária uma definição espacial. [...] A abordagem espacial e o pressuposto da multissetorialidade do meio rural permitem que não se suponha, mesmo nas nações mais desenvolvidas, que o campo tenha se “urbanizado” [...].

Como a citação acima, devemos considerar o espaço estudado como um lugar onde há um povoamento menos denso que outras áreas e não como um espaço rural simplesmente esvaziado.

Portanto, é importante entender que o significado de ruralidade nas sociedades contemporâneas, ultrapassa a ideia de afinidade com a natureza e se estende para a relação com o outro. O que promovendo uma socialização entre estes e a possibilidade de se viver outras experiências.

A verificação empírica que se faz deste novo rural que se costura com esse urbano que se desenvolve permite apontar que essa atividade não se dedica apenas a uma prática agrícola ou pecuária, percebe-se a preocupação com outros elementos do referido território que também cumpre sua função de consumo seja da paisagem ou produtivo oferecido pelo ambiente urbano.

A ruralidade ocupa papel importante e eficaz na dinâmica das famílias, pois contribui para aumentar a renda familiar (ainda que nesse caso não seja possível

medir o tamanho deste impacto nas famílias entrevistadas), as atividades rurais estimulam, ao mesmo tempo, o convívio social entre os vizinhos, fortalecendo os laços de solidariedade e reforça o sentimento de pertencimento local. Para a família (E) *“... aqui todo mundo é conhecido, sempre aparece um querendo muda, aí a gente dá, e se eu vejo uma planta que eu ainda não tenho é só pedir que a turma da ...”*.

Sentir-se parte desta ruralidade que se manifesta na localidade é algo significativo para essas famílias. Para Zaoual (2006), que aborda os sítios simbólicos de pertencimento, isso é capaz de explicar a grande variedade dos traços e das motivações que se encontram nos comportamentos.

A eficácia encontra seu motor na identidade compartilhada do grupo. Certamente, o ator espera ganhos materiais, como, também uma existência social na cultura das grandezas do sítio considerado. Essa motivação de existência identitária é de uma ordem diferente da ordem da racionalidade padrão. Não se trata mais dos mundos das funções de comportamento restritas à utilidade, mas do das relações no que elas tem de mais profundo. (ZAOUAL, 2006, p. 43).

A relação de pertencimento ligada à determinada atividade rural foi observado em campo. As famílias se reconheciam no local e essa proximidade com o outro tem ligação direta com a prática rural, que contribui para o fortalecimento de amizades, vínculos de vizinhança, troca mútua de saberes e possibilita um convívio social de referência pela atividade praticada.

Entretanto, mesmo com a prática rural exercida, as transformações físicas do local estão por toda a parte, as residências vão pouco a pouco, se transformando e assumindo características definidas como “urbanas”. Essa realidade está presente indicando o símbolo da nova condição social do local, que ao se transformar passa a dar mais importância às comodidades urbanas.

A aceitação deste novo padrão, mais urbano, que está em andamento no território observado, não parece ser um problema para as famílias entrevistadas, pois, foi em busca de maior “qualidade de vida”, aqui entendido como o acesso às comodidades urbanas, que houve o deslocamento destas famílias de locais onde se praticava o rural mais profundo, e que a relação socioeconômica era baseada em práticas do universo rural, como sugere a família (F) *“... agente comprou aqui pra ficar mais perto das coisas, a idade judia da gente, aqui pelo menos as coisas estão perto da gente...”*.

Para Wanderley (2000), é necessário considerar a relação entre a dinâmica interna do rural e sua inserção em uma dinâmica social externa, fato imprescindível para observar as limitações e afirmações das especificidades do rural, pois as cidades hoje exercem um domínio financeiro, administrativo e cultural sobre o campo.

Pernet (1990), por sua vez, aponta que forma de inserção à economia e à sociedade global daqueles que praticam a atividade rural, define uma racionalidade e uma lógica de funcionamento específica para a prática que se desenvolve, o que se expressa na maneira como se relacionam com o trabalho, com a propriedade dos meios de produção e com o progresso técnico. Esse autor ainda reconhece que há espaços econômicos e sociais diferenciados para cada tipo de praticante, que são seus espaços de atuação e de articulação com o sistema social e econômico global. Essa noção de estrutura social que se relaciona economicamente de formas distintas nos ajuda a pensar a ruralidade e a localidade hoje dentro desse território, onde se podem encontrar redes de sociabilidades e pertencimento que se sobrepõem, mas não se confundem. Para essas famílias praticantes da atividade rural esse espaço onde se manifesta a sua ruralidade é toda a sua localidade, ou seja, seus círculos da vizinhança, de comércio e das relações políticas mais próximas em termos geográficos, misturando-se com as redes de amizade e de parentesco.

Nesse universo em construção, pode se observar o empenho das famílias em manter a prática rural, embora hoje ela comece a ganhar um aspecto que se aproxima da agricultura urbana e periurbana. Isso é fruto da mudança de ideológica que esta em andamento, a aproximação cada vez mais visível do “mundo urbano”, cria novas lógicas de comportamentos e de certa forma acelera a necessidade de se buscar novas alternativas de produção, numa busca de adaptação a nova realidade. Rua (2006) ressalta que, o rural está integrado às transformações do momento atual de (re) organização do espaço pelo capitalismo, ele permanece como tal, mas recriando e integrando novas lógicas.

Sobre essa concepção de transformação que passa esse local é conveniente a observação realizada com a aproximação do tema da agricultura urbana e periurbana que começa a se integrar nesta localidade. Para Santandreu e Lovo (2007), este conceito abrange uma gama de elementos que incluem a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas como

hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais, assim como pecuários, animais de pequeno, médio e grande porte, voltados para o auto consumo, doações e trocas e até mesmo comercialização, entre outras coisa ainda contribui para o uso eficiente e sustentável dos insumos e recursos locais.

Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana, social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades. (SANTANDREU & LOVO, 2007).

Pode-se verificar que essa questão se mostra pertinente ao local, que como já fora descrito, ainda esta se aproximando desta nova concepção de produção. Este conceito não é abordado com as famílias entrevistadas, no entanto ele se faz presente e pode ser observado na dinâmica local.

Ademais, esse movimento pode ser uma alternativa, uma saída para aqueles que desejem continuar a prática rural ou daqueles que gostariam de se aproximar destas práticas. Entretanto, é necessária para esta prática a elaboração de modelos objetivos, que possa alcançar resultados concretos de agricultura urbana em cadeias produtivas locais e regionais, do consumo e comércio, bem como a partir da técnica e capacidade de gestão (MOUGEOT, 2005).

O processo de adaptação para a agricultura urbana e periurbana, se mostra um motivante promotor da prática rural, que embora tenha uma nova lógica de se relacionar com a ruralidade ainda conserva a essência dos valores e símbolos do “mundo rural”. Para os autores Pinto; Franz; Salamoni (2010, p. 01) a agricultura urbana “que compreende as muitas atividades relacionadas à produção de alimentos e a conservação dos hábitos e práticas rurais/ ruralidades - [...] representa uma estratégia de reprodução sócio-territorial das famílias voltada para a produção de alimentos”. Assim também a agricultura urbana pode vir a diminuir os problemas relatados pelos entrevistados, que com o apoio e engajamento dos praticantes em parceria com a administração pública, universidades e possíveis Organizações Não

Governamentais³ (ONGs), podem vir a criar projetos que possam sustentar à prática rural frente às demandas socioeconômicas que se apresentam no território.

A agricultura urbana exposta como ruralidade oferece a compreensão da relação urbana e rural. Portanto, é de suma importância compreender a relação entrelaçada que se faz com estes dois mundos que aqui se misturam. Biazzo (2007, p. 18) nos fornece a concepção de cidade e campo como sendo o recorte espacial e o urbano e rural como sendo expressões imateriais: “campo e cidade são formas palpáveis, materializam-se e fazem parte das paisagens produzidas pelo homem; “urbano” e “rural” são representações sociais, contendo as práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade”.

Mesmo o aspecto da agricultura urbana ainda estar em seu princípio e ainda se mostrar de forma muito tímida na localidade pesquisada, é importante enxergar as famílias que exercem a ruralidade como viventes da complexidade inerente às questões da relação rural e urbana.

³ O termo organizações não governamentais foi batizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para caracterizar as iniciativas de reconstrução da vida implementadas pela sociedade civil, pós II Guerra Mundial. Já na década de 90 as ONGs ampliam suas ações, passando a trabalhar no viés de políticas públicas o que demandou um maior nível de especialização e proposição nas ações a serem desenvolvidas (PAZ, 1997).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes razões para expor o fator da ruralidade nos balneários Albatroz e Inajá, no município de Matinhos, oferecem uma pista para um conjunto de problemáticas que abrangem o território, que aqui foi entendido como o local onde ocorrem movimentos singulares, mas que não se mostram desconexos do contexto mundial. Os resultados demonstraram que discussão acerca dos espaços rurais e urbanos ainda se encontra em construção e atrelada ao “servir econômico”, embora se observe um esforço de alguns pensadores em formular conceitos capazes de garantir a contemplação dos aspectos humanos, históricos, culturais e ambientais.

Os traços de ruralidade encontrados nas localidades consideradas apontam para uma transformação da identidade cultural ligada à ruralidade dos indivíduos, que, por acreditarem estarem ligados a um ambiente urbano, constroem outras lógicas de entender o território. A ideia de estar próximo a bens e serviços muda a concepção do local e transforma ações e práticas, entendidas especialmente como rurais, em uma dinâmica de “menor valor”, podendo ser compreendidas como processos de segundo plano e que variam em intensidade conforme a necessidade de cada família.

Ao se proceder à análise dos dados com as concepções teóricas que circundam o tema da ruralidade campo-cidade, foi possível perceber a consonância que as falas dos entrevistados trouxeram com os autores que se desdobram em pesquisar o tema. As concepções de realidade apresentadas pelas famílias entrevistadas foram capazes de expor o movimento de transformação do território pesquisado, no intuito de olhar o urbano e o rural como territórios que se misturam, interligados em política, cultura, história, economia, identidade e ecologia, guardando em si sua intensidade e especificidades provenientes das formulações de cada região e que não podem ser encaradas como “mundos” distintos que se opõem. Este ambiente em transformação deve ser compreendido como um território que recebe maior ou menor intensidade das concepções de desenvolvimento, muitas das quais baseadas no poder econômico.

A identificação das práticas rurais nos balneários Albatroz e Inajá levantou diversos questionamentos sobre os mesmos, o que pode servir de impulso a futuras

pesquisas nos âmbitos da identidade cultural, da segurança alimentar, das forças políticas que atuam no território, entre outros.

Vale lembrar que os traços de ruralidade que foram encontrados nos locais analisados seguiram uma derivação do fator histórico que ocorreu em grande parte do Brasil, fenômeno conhecido como êxodo rural. Acredita-se, com base no que foi observado, que as manifestações das práticas rurais verificadas correspondiam a resquícios deste movimento que ocorreu durante a segunda metade do século XX e que, ao longo do tempo vem se adaptando às transformações da sociedade brasileira. Tais atividades rurais apontaram uma lógica de resistência que estaria ligada ao “saber fazer” da história de cada indivíduo das famílias analisadas.

A observação da importância destas práticas traz à luz a resistência em se manter o “saber-fazer” de cada praticante. A observação em campo mostrou a preocupação destas famílias em manter o cultivo de hortas ou a criação de animais como forma de manter a identidade rural. Verifica-se também que estas práticas estão ligadas, em alguns casos, como uma ocupação do tempo. Percebe-se, através dos relatos dos entrevistados, que o exercício destas práticas também está intrinsecamente atrelado às questões de convívio social. Neste sentido verifica-se que a ação da ruralidade influencia o modo com que os indivíduos se relacionam na sociedade. Esta representação traz, em sua essência, valores e costumes próprios, ajudando na relação com o outro do mesmo local.

Revela-se que os elementos inibidores que se apresentaram no local refletem um descaso dos temas que circundam as práticas rurais por parte da administração pública de Matinhos, isenta de ações que possibilitem um maior desenvolvimento acerca deste tema.

Observa-se que a única ação que se aproxima desta discussão está alinhada à política de Segurança Alimentar, onde a administração do município acredita ter erradicado o problema da fome, com a distribuição de cestas básicas através do Programa Municipal Cesta Vida. Percebe-se, porém, que essa ação é paliativa e cria dependência política.

Esse mesmo apontamento pode ser um motivador para que o município invista em ações que permitam a prática rural ser desenvolvida em seus espaços

urbanos e periurbanos, ações que apoiem uma nova agricultura a ser gerada dentro desses espaços considerados urbanos, podendo ser uma saída apropriada a respeito da segurança alimentar. A AUP ainda se encontra em fase de desenvolvimento na região, sendo encontrada de forma incipiente e pouco representativa. No entanto, esta atividade mostra-se um caminho de potencial transformador, uma vez que é capaz de promover a segurança alimentar, o fortalecimento das relações pessoais, a conservação do meio ambiente, influencia economicamente na renda das famílias, fortalece a identidade das mesmas, além de ser capaz de criar um modelo cultural e social de enfrentamento das questões relacionadas à problemática do desenvolvimento atual.

Recomendam-se novas pesquisas em torno deste tema na região. As transformações pelas quais passa esta localidade se mostram um efervescente campo de pesquisas e permitem o envolvimento da sociedade com o mundo acadêmico. Vale lembrar que este estudo exploratório procurou mostrar a existência das atividades rurais e as ruralidades que estão presentes em parte do município de Matinhos. Essas atividades rurais de cultivo, criação de animais e trocas de saberes merecem ter aprofundamentos acadêmicos e devem estar em constante diálogo com as políticas públicas, a fim de que possam ser desenvolvidas em suas plenitudes, ampliando o rol das discussões sobre o desenvolvimento territorial sustentável.

Importante salientar que o tema da ruralidade se mostra em concordância com os desafios atuais que circundam o tema do desenvolvimento. A abordagem do ecodesenvolvimento é capaz de englobar essas capacidades trazidas do rural e incorporá-las nos desafios que estão presentes nas cidades que buscam se desenvolver de forma sustentável.

Propõe-se trabalhar a ruralidade como ferramenta social e cultural, promotora da conservação ambiental, do consumo racional de matérias primas, na obtenção e produção de alimentos, na produção de trabalho e renda, na promoção social, na transformação cultural, nas novas formas de produção baseadas na diminuição do consumo acumulativo de bens e serviços. Todos estes aspectos se mostram transformadores dentro da concepção de ecodesenvolvimento e se mostram em harmonia com o tema da pesquisa.

Embora o que se apresente seja apenas o início de um longo caminho, os elementos que podem promover essa perspectiva de ecodesenvolvimento já estão postos, ainda que dispersos. Tem-se a oportunidade de avançar nesta proposta, para tanto, é necessário o olhar atento das instituições políticas, privadas e civis para a promoção desse desenvolvimento do território de forma interligada e harmônica.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.
- ARRUDA, J.; MARY, W. Hidroponia popular: proposta para a educação ambiental. In: **I Jornada Latino-Americana e II Colóquio Nacional**, Brasília. 2003.
- BECKER, B. A (des)ordem global e o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: CHRISTOFOLETTI, A. et al. (Org.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1999
- BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFO, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Interações geográficas: a conexão interdisciplinar de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007, p. 10-22.
- BIGARELLA, J. J. **Matinhos... Homem e terra – reminiscências**. 2ª ed. Matinhos-PR: Prefeitura Municipal de Matinhos/Fundação João José Bigarella para Estudos e Conservação da Natureza, 1999.
- BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2002.
- BORELLI, E. Urbanização e qualidade ambiental: o processo de produção do espaço da costa brasileira. **Revista Internacional Interdisciplinar INTER thesis**, Florianópolis (Brasil). 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/894/712> Acesso em: 09 jan. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Belo Horizonte, 2007.
- BRÜSEKE, F. J. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: VIOLA, E. et al. (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. Santa Catarina: Ed. Cortez, 1995. p. 29-40.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília-DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 166 p.
- CANIELO, M; TONNEAU, J. A pedagogia da universidade camponesa. Caderno Multidisciplinar. Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro. **Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB)**. ano 1, n. 1. Bahia, 2006.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: Novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ). Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, out./1998, p. 53-75.

CARNEIRO, M. J. & MALUF, R. S. (Org.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

_____. (Org.). **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

_____. (Coord.). Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: **Relatório Final de projeto “Pluralidade e Ruralidades”**: identidades sociais em construção. Rio de Janeiro, setembro de 2002, p. 05-23.

_____. **Sociabilidade e Modernização em uma aldeia dos Alpes**. Comunicações em Antropologia Social, PPGAS-MN/UFRJ, nº. 6, 1996, p. 97-151.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política: Escalas de Ação e Instituições**. Rio de Janeiro, Brasil, 2005.

CLOAREC, J.; KALAORA, B. Littoraux en perspectives. Introduction. **Études rurales**, n. 133/134, p. 9-13, 1994.

COLIT - Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Disponível em <<http://www.colit.pr.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2017.

ENGELS, F. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3ª ed. São Paulo: Escala, 2009.

ESTADES, N. P. O **litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

ESTEVA, G. Desenvolvimento In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, SESAN - Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional; DPSD - Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras, p. 57-70, jul. 2007.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia do território. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, R. J. **Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

FOLADORI, G. **Os limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

FRYKENBERG, R. E. **History and Belief: The Foundations of Historical Understanding**. Grand Rapids: Eerdmans, with the Institute for Advanced Christian Studies, 1996. 384 p.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento**. Paz e Terra, 6ª ed. 1983, Rio de Janeiro, 1974.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10ª ed. rev. pelo autor. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 22ª ed. Organização e Tradução de Roberto machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas, elaborações, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p.19-20, mai./jun. 1995.

GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997.

GORZ, A. **O imaterial**: Conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior. / André Gorz.- São Paulo: Annablume, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

_____. Des-caminhos e perspectiva do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S. & SAQUET, M. A. **Territórios e desenvolvimento**: Diferentes abordagens. Francisco Beltrão-PR: UNIOESTE, 2004.

_____. **Território Territórios**. Niterói, PPGeo-UFF/AGB, 2002.

_____. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. São Paulo, Ed. Contexto, 2009.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Canais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 04 dez. 2016.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil da Microrregião Geográfica de Paranaguá**. Disponível em

http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=450&btOk=o k. Acesso em: 04 dez. 2016.

KAYSER, B. **La renaissance rurale**: sociologie descampagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

KLAUCK, R. C. **A luta dos brasiguaios pelo acesso a terra (1971-2006)**. 142 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2012.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades. In: MOREIRA, Roberto J. (Org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 41-65.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. **Agricultura urbana**. Documentos Embrapa Cerrados. Planaltina-DF, 2002. 25 p.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, jul./dez., p. 95-112, 2002.

MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. O futuro da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15. out., p. 05-12, 2000.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 1997. 273 p.

MBIBA, B. Institutional responses to uncontrolled urban cultivation in harare: prohibitive or accommodative? *Environment and Urbanization*, v. 6, n. 1, p. 188-202, 1998. Urban agriculture policy in Southern Africa: from theory to practice. In: Productive open space management with a shared focus on the potential of urban agriculture (urban food production) policy and Agenda 21. **Minutas de documentos para uma Conferência Internacional**, Pretória-África do Sul, 3-5 março, 1998.

MELO, N. A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na Vila Rural: uma análise do Programa Vilas Rurais no norte do Paraná. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 11, p. 58-76, 2011.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo, Ed. Hucitec, 2002.

MORIN, E. **Saberes Globais e Saberes Locais**: o olhar transdisciplinar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MORO, D. A. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J. U. G. (Org.). **Geografia social e agricultura**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2000. p. 27-60.

MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. **Ecological Urbanism**. Cambridge: Haward University Graduate School of Design, 2014.

MOUGEOT, L. J. A. (2000) **Urban agriculture**: definition, presence, potentials and risks, in: N. Bakker, M. Dubbeling, S. Gündel, U. Sabel-Koschella, e H; Zeeuw, (ed.), *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda*. Faldafing: Deutsch e Sitffungfür Internationale Entwicklung, p. 01-42.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: Bakker et al. (Eds.). **Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda**, p. 01-42, 2000.

MOUGEOT, L. J. A. **Urban food production**: evolution, official support and significance. Ottawa: IDRC, 1994, (Cities Feeding People. Series Report 8). Disponível em: <http://www.idrc.ca/en/ev-4692-201-1-DO_TOPIC.html>. Acesso em: 01 jul. 2018.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1990.

OLIVEIRA, F. A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 27, p. 01-48, 1990.

PAZ, R. D. O. **O que é ONG?**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 53, p. 176-177, 1997.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Florianópolis, v. 24, n.1-2, jan./dez., p.10-22, 2005.

PINTO, C. V. S.; FRANZ, J. C.; SALAMONI, G. A produção de alimentos no espaço "rururbano" de Pelotas/RS: Estratégias de reprodução socioterritorial da agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. **Anais...** Porto Alegre: AGB/ UFRGS, 2010.

PMM - PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS. **Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado do Município de Matinhos**. 2006.

_____. DECRETO n. Nº 120/2011, de 18 de dez. de 2009. "DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DO PROGRAMA CESTA VIDA, NA FORMA PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 1286, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.". **Programa Cesta Vida**. EDUARDO ANTONIO DALMORA. 2011. Matinhos, p.17, maio. 2011. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/decreto/2011/12/120/decreto-n-120-2011-dispoe-sobre-o-regulamento-do-programa-cesta-vida-na-forma-prevista-na-lei-municipal-n-1286-de-18-de-dezembro-de-2009-e-da-outras-providencias?q=cesta%20vida>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Edu em, 2012. **A modernização do campo e o êxodo rural**. p. 115-127. Disponível em: <<http://www.http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-10.pdf>> Acesso em: 19 nov. 2017.

QUEIRÓZ, M. I. P. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, A.B.S. G. (Org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1992. p. 13-29. (Coleção Textos; 2ª série, 3).

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ed. Atica, 1993.

ROSA, P. P. V. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, EGAL, 2011.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-66, 2005.

_____. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo Território. Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev., p. 82-106, 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=23>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento [Paulo Freire Vieira (Org.)]. São Paulo: Cortez, 2007.

SAMPAIO, R. Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 169-186, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

SANTANDREU, A. L. I. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. 2007. Disponível em: <<http://www.rede mg.org.br/?iid=56>>. Acesso em: 02 dez.2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In; SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo, Expressão popular, 2009.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. **O conceito de Rural**. Brasília: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2001.

SOROKIN, P.; ZIMMERMANN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 198-224.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

TEMPORINI, E. R. Pesquisa de oftalmologia em saúde pública: considerações metodológicas sobre fatores humanos. **Arq. Bras. Of tal**, n. 54, p. 279-81, 1991.

VALE, A. R. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: GERARDI, L. H. O.; CARVALHO, P. F. (Org.). **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: AGETEO, 2007. p. 231-246.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

WALDMAN, M. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998. 125 p.

WANDERLEY, M N B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.) et al. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade**. Estudos Rurais - Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 2009.

ZAQUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: Introdução ao pensamento pós-global**. Tradução de Michael Thiollent. Rio de Janeiro/DP&A/Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

APÊNDICE - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COMO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Bloco 01 - Perfil do (a) entrevistado (a)

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Natural de qual cidade:

/Período de residência em Matinhos:

Renda principal e renda secundária (caso houver):

Número de pessoas que moram na propriedade:

Bloco 02 - Identificação de traços da ruralidade

1- Quem é o responsável pelo desenvolvimento das práticas agrícolas na propriedade?

2- Já morou na zona rural? Caso sim, onde e por quanto tempo?

3- Recebe algum tipo de benefício social? Caso sim, qual seria?

4- Em qual balneário está localizado este terreno?

5- Você diria que mora na área rural ou urbana? Por quê?

6- O que lhe leva a plantar ou criar animais? Com quem aprendeu a lidar com a horta ou com os animais?

7- Há quanto tempo você faz essa atividade?

8- Alguém de sua casa se interessa por essa atividade?

Bloco 03 - Importância da prática rural

9- Porque você acha importante fazer essa atividade?

10- Sua família consome os alimentos aqui produzidos? Caso sim, com que frequência?

11- Considera seus alimentos mais saudáveis?

12- Tem ideia de quanto consegue economizar com o que produz em seu terreno?

13- Os vizinhos lhe conhecem pelo que você produz em seu terreno? De que forma isso ocorre?

Bloco 04 - Elementos promotores e inibidores das práticas de ruralidade

14- O que os vizinhos acham dessa sua atividade?

15- Consegue perceber algum tipo de benefício na localidade com essa atividade?

16- Quais são os principais incentivos que recebe para se envolver com a atividade agrícola (por exemplo, apoio da prefeitura, crédito rural, comercialização em feiras ou diretamente com a comunidade etc.)?

17- Consegue sementes e mudas com facilidade? Caso sim, onde?

18- Encontra alguma dificuldade em termos de conhecimentos sobre sua atividade?

19- Qual a principal dificuldade que enfrenta nessa atividade? Por quê?

20- Já teve que parar com alguma prática? Por qual motivo?

21- Tem espaço para aumentar essa atividade?

22- Que tipo de incentivo gostaria de ter?